

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ARQUEOLOGIA

*O AUSTRALOPITECO CORCUNDA*  
As Crianças e a Arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola

Marcia Bezerra de Almeida

Tese apresentada ao  
Programa de Pós-  
Graduação de Arqueologia  
da Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas  
da Universidade de São  
Paulo, como requisito  
parcial para obtenção do  
Grau de Doutor em  
Ciências. Área de  
Concentração: Arqueologia.

Orientador: Profº Drº José Luis de Moraes.

São Paulo  
2002

## CAPÍTULO 1. MUITO PRAZER, EU SOU ARQUEÓLOGO: A IMPORTÂNCIA DA APRESENTAÇÃO DA ARQUEOLOGIA PARA O PÚBLICO.

*Whether we like it or not – and many of us frankly do not – we archaeologists are dependent on our audience, an audience that often has romantic and simplistic notions of what we are attempting to explain (Fagan, 1984, p.176).<sup>1</sup>*

Neste capítulo, serão abordados pontos considerados essenciais para a discussão de diversos aspectos pertinentes à chamada Arqueologia Pública. A partir de bibliografia produzida em diferentes áreas do conhecimento, apontamos algumas questões que envolvem a ligação entre o público e o patrimônio arqueológico; entre os arqueólogos e o patrimônio; entre os arqueólogos, o público e a mídia e, por fim, a relação entre a Arqueologia e a educação escolar.

A agenda da Arqueologia contemporânea vem, de maneira crescente e efetiva, concentrando esforços na chamada “Arqueologia Pública”, aqui entendida como “(...) *more than traditional ‘public outreach’ connotation. In a critical way, it is understood as an enquiry: cui bono<sup>2</sup>, ‘who benefits’ from archaeological practice and theory, from archaeological discourse?(...)’.*<sup>3</sup> (Funari, 2001a, p.239). Significa dizer que a Arqueologia Pública não se resume à divulgação dos resultados das pesquisas, uma vez que este é um dos pressupostos de qualquer ciência. Afinal, a ciência produz conhecimento para a sociedade e não para si mesma.

A Arqueologia Pública, tal como a compreendemos, engloba um conjunto de ações e reflexões que objetiva saber a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia; de que forma nossas pesquisas afetam a sociedade; como estão sendo apresentadas ao público, ou seja, mais do que uma linha de pesquisa dentro da disciplina, a Arqueologia Pública é inerente ao exercício da profissão (McManamon, 1998).

<sup>1</sup> Trad. “Gostemos ou não – e muitos de nós francamente não gostam – nós arqueólogos dependemos de nosso público, um público que freqüentemente tem noções românticas e simplistas do que tentamos explicar.

<sup>2</sup> Cui bono significa “Em benefício de quem?” (Perez-Reverte, Arturo – *O Quadro Flamengo*. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p.143). Ver Funari, 2001a.

<sup>3</sup> Trad. “Mais do que a conotação tradicional de ‘alcance público’. De maneira crítica, é entendido como uma indagação *cui bono*, ‘quem se beneficia da prática e da teoria arqueológica, do discurso arqueológico?’”

Definição de Arqueol. Pública  
↳ A quem interessa o conhecimento?  
exercício inerente à profissão

Segundo Pyburn & Wilk (2000, p.83) a nossa responsabilidade ética "(...) is not beside the point of archaeology, it is the only thing that will keep our discipline alive(...)"<sup>4</sup>.

A apresentação da Arqueologia para o público não é um tema novo. Noventa anos atrás, nos Estados Unidos, o *Antiquities Act* – criado para regulamentar o tratamento de sítios arqueológicos em terras públicas e assegurar o acesso público aos resultados das escavações – apontava a tarefa de tornar a Arqueologia alcançável ao público como um dever profissional (McManamon, 2000). O que mudou, desde então, é que a apresentação da Arqueologia para o público, deixou de ser apenas importante e passou a ser premente. A razão reside na crescente destruição do patrimônio arqueológico registrada ao redor do mundo.

No entanto, a destruição, seja por cidadãos comuns, seja por empresas privadas ou órgãos do governo, é o sintoma de um problema: a relação distorcida do público com o patrimônio arqueológico e, conseqüentemente, com a Arqueologia. O público, em sua maioria, acredita que a Arqueologia seja uma atividade exótica e, portanto, a vê apenas como um divertimento. O patrimônio arqueológico, dentro desta perspectiva, não tem valor para o público a não ser como curiosidade.

“Nosso compromisso profissional passa por mostrar ao público uma Arqueologia que – longe de ser uma atividade de entretenimento – seja um instrumento na construção de sua memória, de sua história, de sua identidade e de sua cidadania.

A apresentação para o público, no entanto, é facilitada por essa curiosidade que a disciplina desperta na audiência de uma forma geral. Concordamos com Haas (2000, p.13), ao afirmar que "(...) there is nothing wrong with taking advantage of that, but we must strive to transform curiosity into understanding"<sup>5</sup> (p.13). Neste sentido, pesquisas de opinião pública sobre a Arqueologia são extremamente úteis, pois nos dão a medida dessa curiosidade e nos indicam os elementos que constituem o imaginário popular sobre a disciplina.

Uma pesquisa sobre a opinião do público a respeito da Arqueologia, realizada em Vancouver (Pokotylo & Guppy, 1999), revela alguns aspectos interessantes para a nossa discussão. Segundo os dados obtidos, 95 % dos entrevistados atribuíram valor educativo aos objetos arqueológicos que também foram considerados pelos seus valores científico

<sup>4</sup> Trad. “Não está além do ponto da Arqueologia, é a única coisa que irá manter a disciplina viva”.

<sup>5</sup> Trad. “Não há nada errado em tomar vantagem disso, devemos nos esforçar para transformar a curiosidade em entendimento”.

Relação entre  
Arqueologia  
Público  
Patrimônio  
Arq → ciência e  
Pat → apenas curiosidade

Arqueologia  
como instrumento  
na construção  
de memória,  
história, de identidade  
e de cidadania

(87.6), espiritual (75.2), monetário (54.6), estético (52.4), político (36.5) e, por nenhum valor (1.1) (op.cit. p.408). Há, no entanto, uma aparente contradição nos resultados das pesquisas, já que o público entrevistado considerava a Arqueologia pouco relevante para as suas vidas. Na verdade, muito embora a maioria dos entrevistados tenha imputado valor educativo aos objetos arqueológicos, apenas 0.3% relacionaram a Arqueologia à Educação. Parte significativa associou a disciplina à pesquisa sobre o passado, à solução de conflitos econômicos, à repatriação de patrimônio, a cultos ligados a mistérios, incluindo extraterrestres, e 0.2% dos entrevistados ligaram a Arqueologia ao Turismo.

Embora estejamos tratando de um estudo de caso, o que torna difícil a generalização, é interessante notar que em pesquisa similar feita nos Estados Unidos por Ramos e Duganne (2000) os resultados indicam quadro bastante semelhante. Os autores obtiveram um percentual de 99% de respostas que apontaram para o valor científico e educativo dos sítios arqueológicos. A atribuição de valor monetário aos sítios arqueológicos é registrada em 73% das respostas. Além disso, para a maioria dos entrevistados - ou seja, 77% -, os objetos coletados são, em geral, vendidos ou doados.

Parece, então, que a noção de "educativo" vai ao encontro do pensamento de uma das crianças participantes do projeto que é o foco de nossa tese. Diz ela "(...) *é muito educativo porque a Arqueologia é cultura e, então, fez os alunos ficarem mais cultos*". A idéia implícita parece ser a de educação como sinônimo de cultura e esta, por sua vez, é entendida como ilustração. Quer dizer, algo que não tem importância senão como complemento ou até mesmo como curiosidade.

Um outro ponto importante a ser identificado na pesquisa acima é o fato de que muitos entrevistados associaram o patrimônio arqueológico - considerado por eles próprios um instrumento educativo - a uma mercadoria. Podemos argumentar se nas entrelinhas desse discurso não se encontra uma ligação entre educação e ganho econômico. Parece nos que esta associação se alinha às reflexões de Apple (1994), quando afirma que hoje ao invés de sermos definidos como participantes na construção e reconstrução de nossas "(...) *relações educacionais, políticas e econômicas, somos definidos como consumidores (...)*" (p.51). Há uma forte tendência de se privilegiar a demanda econômica do mundo em detrimento de aspectos considerados pouco "práticos e lucrativos".

Esse quadro tem levado, no caso da educação escolar, à formação de currículos que priorizam conteúdos que atendem a essa demanda. A contrapartida é a ausência de conteúdos tidos como “ilustrativos”, tais como a pré-história e o patrimônio.

Apple (op.cit.) afirma – referindo-se a um dos problemas que afetam a educação hoje - que *“Nações não são empresas. E escolas não fazem parte de empresas; para ficarem eficientemente produzindo em série o ‘capital humano’ necessário para dirigi-las (...)”* (p.53). A não observância dessa associação cria uma conexão perversa, pois redutora, entre conhecimento e valor de mercado.

Na pesquisa de Pokotylo e Guppy (1999), encontramos uma situação que, de certa forma, pode ser um reflexo dessa tendência na educação mencionada por Apple (op.cit.). Segundo os autores, *“(...)university-educated people are more likely to assign monetary values to archaeological artifacts than those with less education”*<sup>6</sup> (p.414).

Uma discussão de McGuire (1999) sobre a Arqueologia como ação política nos serve também de inspiração na tentativa de explicar essa situação. O autor, ao tratar da relação entre a classe média, a classe trabalhadora e o interesse pela Arqueologia, fala do acesso ao “capital simbólico” (p.388). O termo refere-se ao que é produzido pelo aparato intelectual construído na escola, nos livros, nas artes, enfim, um universo do qual, em sua maioria, a classe trabalhadora está excluída.

“A classe trabalhadora está, do mesmo modo, excluída das formas de acesso ao conhecimento científico produzido pela Arqueologia. Não pretendemos entender o acesso ao conhecimento dentro de uma perspectiva economicista, mas sim que mediada por uma série de complexas relações, podem ser, identificadas certas correspondências entre a inserção econômica das pessoas e a possibilidade delas terem acesso a determinado tipo de conhecimento, ou seja, entre a posse de capital econômico e capital cultural (Bourdieu,1987).

A inadequação do reducionismo da ótica economicista pode ser verificada pelo fato de que nas classes privilegiadas, que têm mais acesso ao conhecimento, a associação entre objetos arqueológicos e valor monetário é ainda mais destacada na pesquisa acima. Além disso, se esta pesquisa fosse realizada no Peru, por exemplo, certamente

---

<sup>6</sup> Trad. “Pessoas com educação universitária são mais propensas a atribuir valor monetário aos artefatos arqueológicos do que aqueles com menor grau de educação”.

observaríamos que uma parte da população carente também atribui valor monetário aos bens arqueológicos – vide os “huaqueros”<sup>7</sup>.

Isto nos leva a pensar que, mais do que uma questão meramente econômica, a apropriação ou não do patrimônio enquanto elemento de reflexão, transformação e construção de identidades, é uma questão ideológica.

Não obstante, como já nos referimos acima, há uma relação mediatizada entre capital cultural e capital econômico. O ganho de capital cultural liga-se ao capital econômico na medida em que, segundo Bourdieu, o sistema de ensino

*(...) eximindo-se de oferecer a todos explicitamente o que exige de todos implicitamente, quer exigir de todos uniformemente o que não lhes foi dado, a saber, sobretudo a competência lingüística e cultural e a relação de intimidade com a cultura e com a linguagem, instrumentos que somente a educação familiar pode produzir quando transmite a cultura dominante*  
(Bourdieu, 1987, p.306).

De acordo com Bourdieu, dentro desta lógica “(...) é difícil romper o círculo que faz com que o capital cultural retorne ao capital cultural (...)” (ibid.). Essa questão será retomada no Capítulo 2.

### 1.1.A Noção de Patrimônio Público

Um outro aspecto fundamental para o entendimento dos mecanismos de apropriação do patrimônio arqueológico é a noção de público e privado. Arendt<sup>8</sup>

(apud Jovchelovitch, 2002), afirma que o termo público indica

*(...) dois fenômenos interligados, ainda que não idênticos: primeiro, o que é público pode ser visto e escutado por todos e possui a máxima publicidade; segundo, (...) refere-se ao Mundo mesmo, naquela medida em que ele é comum a todas as pessoas e se diferencia do espaço privado de cada um dentro dele*  
(p.68).

Esses dois aspectos estão diretamente ligados ao que vimos discutindo. Em primeiro lugar, Arendt trata do acesso ao que é público o que implica em tornar o patrimônio arqueológico publicizado através de exposições, palestras, programas nas

<sup>7</sup> Huaqueros – responsáveis, em grande parte, pelo saque de sítios arqueológicos e pelo comércio de peças.

<sup>8</sup> Arendt, H. – *The human condition*. Chicago: The University Press, 1958.

escolas, mídia, turismo, etc. Com relação ao segundo fenômeno, a natureza dos projetos em Arqueologia Pública pressupõe essa distinção entre o que pertence a uma comunidade - que pode ser uma aldeia, um bairro, uma cidade, um país - e o que pertence ao indivíduo, ainda que sua vida privada esteja circunscrita na vida pública.

◦ O espaço público é a arena onde a memória se constrói. Nele, ela é produzida, mantida e transformada. É ela quem fornece a matéria-prima para a construção do passado e para a sua constante atualização. É no domínio público que os indivíduos tecem suas redes de significado com os símbolos a sua volta e constroem suas histórias e seus referenciais (Azevedo, 1999).

Em uma cidade, por exemplo, os elementos que compõem a paisagem são referenciais da história de seus habitantes como membros daquela comunidade. Incluem-se na paisagem as edificações, os cemitérios, os monumentos, o meio ambiente, as praças, os jardins, enfim, as imagens urbanas que habitam o seu espaço (Azevedo, 1999; Knauss, 1999).

Os sítios arqueológicos - assim como os objetos arqueológicos - fazem parte destes referenciais por duas vias: a primeira porque se remetem ao passado e são, portanto, parte da história, da memória daquela comunidade; a segunda porque, embora remontem ao passado, eles estão *presentes no presente*. Eles fazem parte, não da paisagem antiga, mas da paisagem atual. É através dos vestígios, das ruínas, que os indivíduos elaboram suas representações do passado. Esses elementos materiais que se perpetuaram na paisagem não são, em si, a memória mas a sua fonte; são a base material para a construção do imaginário histórico (Jeudy, 1990).

◦ O patrimônio arqueológico, dentro desta perspectiva, além de ser uma referência ao passado, é uma referência do presente porque: 1º) é no presente que são estabelecidas as relações entre os indivíduos e o patrimônio; 2º) é no presente que os interesses de grupos sociais distintos elegem o seu patrimônio e 3º) é no presente que os órgãos públicos decidem o que é o patrimônio público.

Entendemos por patrimônio arqueológico

*"(...) o conjunto de expressões materiais da cultura referente às sociedades indígenas pré-coloniais e aos diversos segmentos da sociedade nacional (inclusive as situações de contato inter-étnico), potencialmente incorporáveis à memória local, regional e nacional, compondo parte da herança cultural legada pelas*

Pat. Arqueológico  
↓  
Referência ao  
Passado  
Referência ao  
Presente

*gerações do passado às gerações futuras” (Morais & Moraes, 2001, p.84).*

É também no presente que o patrimônio arqueológico, em especial o patrimônio móvel, é, equivocadamente, percebido como propriedade privada. Isto porque a sociedade, muitas vezes, lhe atribui valores estéticos e econômicos, tornando-os objetos de cobiça, tal como vimos anteriormente. Eles exercem forte atração nos indivíduos, em especial nos colecionadores. O próprio Freud teria dito: “(...) *Fiz muitos sacrifícios pela minha coleção de antiguidades gregas, romanas e egípcias (...)*” (Gay, 1994, p.16). Para Carman (1995), os objetos estimulam emocionalmente as pessoas. Além do apelo estético e econômico, segundo Gay, o ato de colecionar objetos dá poder (Gay; op.cit.).

Alguns indivíduos, entretanto, ainda que não sejam colecionadores, sentem-se igualmente atraídos por objetos arqueológicos. Por meio de uma analogia, fomos buscar em Bosi (1999) uma possível explicação para o fato.

Os objetos, segundo Bosi (1999), “(...) *mais do que um sentimento estético ou de utilidade (...) nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade*” (p.441). A autora cita a distinção feita por Violette Morin entre objetos protocolares e objetos biográficos. Os primeiros referem-se àqueles objetos que conferem, ou parecem conferir, status ao seu dono, àqueles que a moda escolhe como seus ícones. Os biográficos são os que “(...) *envelhecem com seu possuidor e se incorporam a sua vida*” (p.441). Os objetos arqueológicos são, por assim dizer, os “objetos biográficos” de uma comunidade, de um povo, de um país. Tomá-los para si é tentar encaixá-los em uma biografia pessoal na qual eles não encontram lugar senão como algo próximo de objetos protocolares.

A noção de comunidade, neste momento, é fundamental, pois segundo Jovcthelovitch (2002), “(...) *ela evidencia um “nós” necessário para a constituição de cada ser humano, que atesta que vidas privadas não surgem a partir de dentro mas a partir de fora, isto é, em público (...)*” (p.70). A alteridade, portanto, é que permite a constituição do indivíduo. Sem a incorporação do nós, não se desenvolve o eu (ibid.). O eu - membro de um grupo social - é uma combinação das representações sociais do grupo e das experiências individuais. A este respeito, Bezerra de Meneses (1984) afirma que “(...) *não se pode ser humano por si, por representação própria: os valores, significações, papéis que me atribuo necessitam de legitimidade social, de confirmação por parte de meus semelhantes (...)*” (p.33).

No Brasil, a distinção do que é público e do que é privado, de uma maneira geral, não é clara. De acordo com Chauí (2000), não se trata de "(...) *uma falha ou um atraso que atrapalham o progresso nem uma tara de sociedade subdesenvolvida ou dependente ou emergente (...)*" (p.90). Deve-se procurar suas raízes na própria história do país quando da "(...) *doação, arrendamento ou pela compra das terras da Coroa, que, não dispondo de recursos para enfrentar sozinha a tarefa colonizadora, deixou-a nas mãos dos particulares (...)*" (ibid.) mas sob o controle do monarca. Este tipo de organização deu origem ao que vemos hoje na sociedade brasileira: os governantes são os "donos do poder" e os cidadãos lhe devem favores. Segundo a autora, "(...) *Do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado (...)*" (ibid., p.91).

O Estado, portanto, estabeleceu "*relações pessoais de favor, clientela e tutela*" com os cidadãos (Chauí, 2000.; Funari, 1995,1999a), o que fez aumentar as distâncias entre eles. Isto acarreta a noção de que o que é público - em termos legais - não é aquilo que é de todos, mas o que é propriedade privada do Estado.

O reconhecimento do patrimônio público - em termos legais - assim como o direito ao uso e a sua proteção são regulamentados pelos órgãos governamentais de cada país segundo princípios distintos. As atitudes dos indivíduos com relação a esse patrimônio, no entanto, nem sempre seguem o que é legalmente estabelecido.

Neste sentido, um sítio arqueológico ou uma coleção exposta num museu pode não ter - para a população - o sentido que Arendt dá ao termo público, de pertencer a *todo Mundo mesmo* (ver nota 8).

A preocupação com esse patrimônio de todos foi uma das razões pelas quais a Arqueologia Pública tornou-se uma questão fundamental nos Estados Unidos. Isto porque a legislação norte-americana protege, especialmente, a propriedade privada, quer dizer, os mecanismos legais de proteção só atingem o patrimônio arqueológico localizado em terras públicas. O resultado é a crescente destruição dos sítios arqueológicos o que preocupa os pesquisadores que, inclusive, temem que a realização de projetos educativos nos sítios agrave a situação das "(...) *scarce archaeological sources (...)*"<sup>9</sup>(Hawkins, 2000, p.210).

---

<sup>9</sup> Trad. "Escassas fontes arqueológicas".

Apesar disso, segundo a pesquisa de Ramos e Duganne (2000), os americanos entrevistados acreditam que sejam necessárias leis de proteção que alcancem as propriedades particulares. Ao contrário do Canadá, aonde 51.1% do público entrevistado por Pokotylo e Guppy (1999.), não concorda que o governo detenha todo o patrimônio arqueológico do país.

No Brasil, não há pesquisas desta natureza, mas a destruição de sítios arqueológicos, seu uso inadequado e o roubo de peças por todo o país, nos dão uma referência da situação da noção de público e de privado. Muito embora a Lei 3924/61<sup>10</sup> seja bastante clara e ampla, o cidadão comum não tem consciência da lei e, menos ainda, da necessidade da preservação do patrimônio arqueológico.

Uma das possibilidades de explicação deste desrespeito pelo patrimônio público no Brasil pode estar na relação da população com o Estado. Como vimos anteriormente, se esta relação é de clientela, de tutela, é, por conseguinte, de dependência, de obrigação, de sujeição. A discordância com relação a esta condição de subserviência traduz-se em um sentimento de desobrigação e de desobediência. Isto faz com que o cidadão não se perceba como parte responsável por algo que, a seu ver, não lhe pertence (Tilley, 1998).

A questão vai mais além, uma vez que, ao burlar as regras estabelecidas pelo Estado, o indivíduo demonstra sua insatisfação exercendo, mesmo que equivocadamente, uma atitude de resistência. O resultado é a destruição do que é público o que acaba por esvaziar o próprio ato de indignação.

Estão em jogo, portanto, o aspecto concreto da destruição do patrimônio, e o aspecto subjetivo que é a construção das identidades. O processo de identificação, segundo Bezerra de Meneses (1984), é "(...) um processo de construção de imagem, por isso terreno propício a manipulações (...)" (p.33) de toda ordem: política, econômica e religiosa.

A memória - e aí inclui-se o patrimônio arqueológico - é o suporte da identidade (Bezerra de Meneses, 1984.). Segundo Bosi (1999), "(...) o grupo é o suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado (...)" (p.414). É por isso que se fala em memória social porque "(...) embora quem recorde seja o indivíduo, ele o faz

<sup>10</sup> Lei 3924/61, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Ver Home Page Iphan: <http://www.iphan.gov.br>

Apesar de lei  
3924 o cidadão  
comum não tem  
consciência dela  
e nem de sua  
parte de preservação  
do Pat.

como membro de um grupo (...)” (Frentress e Wickamn, 1992, p.07), seja ele uma família, uma escola, um bairro, uma cidade, um país, etc.

A relação entre o público e o patrimônio, portanto, está intrinsecamente ligada à identidade. Para que o indivíduo construa e assuma sua identidade, é preciso que dê significação à realidade ao seu redor. É essencial a formação de um olhar crítico sobre as coisas. Isto permite que o indivíduo abandone a sua condição de subserviência, de passividade e torne-se cidadão apto a *pensar certo* e a transformar sua realidade (Freire, 2001)<sup>11</sup>.

Para Freire (2002), o indivíduo ao problematizar a realidade, assume seu lugar histórico e compreende-se enquanto sujeito na construção de sua identidade. Segundo o autor, isto impede que o indivíduo seja invadido culturalmente, pois a não assunção das identidades culturais abre caminho para a invasão de uma identidade forjada pelos interesses dominantes que tende a homogeneizar as diferenças existentes.

A este respeito, a relação do povo brasileiro com o seu patrimônio arqueológico é bastante esclarecedora. Como vimos, o patrimônio arqueológico é parte da memória do povo e um dos seus símbolos de identificação. O cidadão, contudo, não reconhece e não se reconhece neste patrimônio. Segundo Bradford (1998), a memória coletiva “(...) é *obscura no caso brasileiro* (...)” (p.09).<sup>12</sup>

Para Bradford (ibid.), a falta de identidade do povo brasileiro com o patrimônio arqueológico advém do fato de que a maior parte do povo ignora as suas raízes e as suas origens recentes e mais antigas – no caso da pré-história. Acreditamos, entretanto, que o problema não está no desconhecimento e sim na forma como se conhece e, por conseqüência, se reconhece a/na história da nação.

A imagem que o povo, em geral, tem do Brasil se reflete em sua percepção sobre patrimônio, memória e identidade. Nela, os conflitos, as contradições, as diferenças encontram-se camuflados sob a representação da homogeneidade, da unidade. Chauí (2000) afirma que “*Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na*

Contribuição do Patrimônio no Brasil e a questão da identidade

<sup>11</sup> Entrevista concedida a Roberta Bencini e publicada na *Revista Nova Escola*. São Paulo: Editora Abril:Fundação Victor Civita, nº146, outubro, 2001, p.60.

<sup>12</sup> A autora usa a noção de memória coletiva que encerra outro significado ao remeter-se a idéia de *representação coletiva* em Durkheim (1980). De acordo com Guareschi (2002), há o perigo de se esquecer “(...) os esforços dos sujeitos sociais (...)” na transformação do coletivo (p.19), razão esta que nos levou a optar pelo termo “memória social”.

identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros (...)" (p.7). A imagem criada a partir do mito fundador do Brasil, segundo a autora, é tão persuasiva que "(...) produz uma contradição que passa despercebida (...)" (p.8) no cotidiano. Chauí exemplifica

*É assim, por exemplo, que alguém pode afirmar que os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas, simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças (...)* (ibid.).

A comemoração dos 500 anos, por exemplo, recriou o suposto cenário da fundação, para celebrar a re-união de diversidades culturais e étnicas. Diversidades estas que, na verdade, são pouco conhecidas, pouco respeitadas e, muitas, excluídas da nossa memória (Najjar, 2001c). Rampinelli & Ouriques (1999) afirmam que as elites brasileiras organizaram os eventos comemorativos para celebrar "(...) uma obra da qual não figuram mais do que coadjuvantes (...)" (p.9).

Os grupos indígenas pretensamente incluídos nos festejos em Coroa Vermelha, na Bahia, mantiveram-se, como Darcy Ribeiro (1978) afirmou mais de duas décadas atrás, presentes em nossa história por exclusão.

O que queremos dizer com isso é que a imagem que o povo, em geral, tem do Brasil é aquela forjada pelas classes dominantes. Pode-se dizer, então, que não somos um "povo sem memória", somos um povo que não participa ativamente da construção de sua memória e por esta razão não se identifica com o patrimônio cultural de forma ampla. Silva (1995) afirma que "Não é sem atraso que vemos firmada a idéia da colaboração da comunidade na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro" (p.52). Apesar disso, é preciso que a comunidade tenha consciência do significado do patrimônio na construção de sua identidade.

De acordo com Bezerra de Meneses (1984) há três razões principais para a preservação e valorização de nosso patrimônio arqueológico: 1ª) razão científica: porque são fonte primária para o conhecimento científico; 2ª) razão afetiva: o sentimento de pertencer a um lugar é um forte argumento. "(...) Se, com a memória, se explora a dimensão temporal do homem, com a 'pertença', está em cena o conteúdo espacial da existência (...)" (p.36); 3ª) razão política: o cidadão tem direito à reapropriação de seu patrimônio.

A imagem  
e tem do B  
é responsável  
por uma má  
identificação  
o Patrimônio

3 razões p/  
preservação e  
valorização do  
patrimônio  
1) razão científica  
2) razão afetiva  
3) razão política

O exercício deste direito pressupõe o seu reconhecimento e sua demanda. Frentress e Wickman (1992) argumentam que "(...) a memória social parece estar efectivamente sujeita à lei da oferta e da procura (...)" (p.242). No caso do patrimônio, a oferta equivale aos bens, e a procura a reivindicação dos direitos dos cidadãos sobre ele. Para os autores "(...) o que tem valor na memória não é sua capacidade de providenciar um fundamento inabalável ao conhecimento, mas simplesmente, a sua capacidade de nos manter a tona da água (...)" (p.40). Nos manter a tona da água impede que sejamos tragados pela realidade.

A parte da memória que se encerra no patrimônio arqueológico é um potente instrumento de resistência à homogeneização de nossas diversidades, à unificação de nossas culturas e à fragmentação de nossas raízes. Bosi (1999), com relação à destruição das "coisas preciosas que se perderam", diz que "(...) a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada (...)" (p.452). É necessário contribuir para a mudança da representação social do patrimônio arqueológico. Se os objetos e sítios arqueológicos não forem significados como emblemas da resistência, da transformação e da identidade, não podemos esperar que tenham valor para a sociedade.

Conforme dito anteriormente, é preciso nos manter a tona, e desmentir a velha crença popular de que o "brasileiro não tem memória". Acreditamos que o problema esteja na não participação do cidadão na construção dessa memória. Não se trata, portanto, de esquecer mas sim de não ter porque lembrar. Bosi diz que "(...) a lembrança é a história da pessoa e seu mundo, enquanto vivenciada (...)"<sup>13</sup> (op.cit.,p.68). Não se vive uma história que não é a sua. Esse vazio faz com que a memória individual e a memória social sejam invadidas "(...) por outra 'história; por uma outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade" (Chauí, 1999, p.19). É preciso lutar contra a espoliação da memória, é preciso lutar contra a invasão cultural (Freire,2002).

A este respeito, é particularmente interessante a relação entre o Estado, o patrimônio arqueológico e a construção da identidade nacional no Brasil. Segundo Andrade Lima (1988), até as primeiras décadas do século XX,

(...) a relação do Estado brasileiro com o seu patrimônio arqueológico, [é] caracterizada pelo interesse na preservação da memória dos vencedores, reservando-

<sup>13</sup> O grifo é da autora.

"brasileiros não tem memória"  
 ↓  
 falácia  
 ↓  
 o brasileiro não participa da construção de sua memória

*se aos vencidos, índios e negros, o paternalismo ou o esquecimento (...) (p.22).*

Segundo a autora, a não grandiosidade de nosso patrimônio arqueológico e sua não identificação com os neobrasileiros, "(...) não despertou a concupiscência dos poderes dominantes (...)" (p.27). Barreto (1999) também acredita que "(...) o caráter pouco monumental (...)" do patrimônio arqueológico brasileiro contribui para sua não utilização como símbolo da cultura nacional. Além disso, a autora afirma que "(...) fica notória a ausência de uma tradição de usos políticos do patrimônio arqueológico (...)" no Brasil (ibid., p.207).

Parece-nos que, mais do que falta de interesse por sua não monumentalidade, há um outro fator que contribui para essa questão: o repertório material a que se refere o passado pré-histórico, especificamente, não se adequa ao "mito fundador" do país - entendido aqui como, "(...) um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo (...)" (Chauí, 2000, p.9). Ele representa o início primordial que é continuamente revivido ao longo do tempo por meio de cerimônias comemorativas. À medida que o tempo passa, novos elementos podem ser incorporados ao mito para que ele se atualize e se mantenha como símbolo de identidade.

A constituição do patrimônio cultural sofre, da mesma forma, "atualizações" que se pautam por questões políticas. Segundo Andrade Lima (op.cit.)

*(...) passam a ser objeto de atenção do SPHAN sobretudo os monumentos arquitetônicos, de pedra e cal, como as fortalezas, símbolo do poderio militar dos colonizadores; as igrejas, representações de sua religiosidade; as fazendas e os sobrados, expressões das elites neobrasileiras (...) (p.23).*

Estes monumentos são o que Chauí (2000) chama de semióforos: elementos retirados do circuito de uso direto por terem valor simbólico. Os semióforos são "(...) um objeto de celebração (...) e seu lugar deve ser público (...)" (p.12). Para a autora, a obtenção de semióforos concede prestígio, poder e riqueza. Por isso passam a ser disputados. É a disputa que, segundo a autora, faz nascer o patrimônio histórico-geográfico e artístico nacional. A nação, considerada como semióforo fundamental, matriz, é "(...) o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa" (p.14).

*Não grandiosidade do Pat. Arq. fundamentalmente não utilizada para construção do Brasil*

A idéia de nação surge, no Brasil, no século XIX mas os elementos constitutivos do mito fundador desta nação têm suas raízes em 1500. Nossa história é contada a partir daí com a chegada dos portugueses. O Brasil, na verdade, é uma invenção desses conquistadores (Chauí, 2000; cf Funari & Noelli, 2002).

A imagem do índio, da mesma forma, é criada a partir do universo europeu. Os documentos escritos da época mostram a aniquilação das singularidades dos indígenas. O objetivo era eliminar qualquer traço que pudesse conferir aos índios um ancestral diferente dos habitantes do Velho Mundo (Raminelli, 1996). Segundo Raminelli (ibid.), "(...) a América seria descoberta, seria inventada, como se antes da chegada dos conquistadores nunca houvesse existido (...)" (ibid., p.163). Para o autor, até os dias de hoje os latino-americanos carregam esse "(...) fardo imposto pela conquista (...)" (ibid.).

O mito fundador tem sua fonte geradora neste período de nossa história e parece ter recebido dele a herança da exclusão de parte de nosso passado. A história do povo brasileiro, contada a partir da chegada dos europeus, aparece, dentro desta perspectiva, como um instrumento de manutenção do sentimento de unidade forjado durante a colonização. O passado pré-histórico do Brasil está presente na formação do mito fundador por exclusão, conforme visto na maioria das comemorações dos seus 500 anos.

Segundo Funari & Noelli (2002), "(...) os últimos 500 anos ocupam quase todas as páginas de nossos livros didáticos, relegando os milhares de anos da Pré-História a uma pequena introdução, porque nossas origens remotas são, ainda, pouco consideradas" (p.107).

É preciso reconhecer, portanto, que forjar a imagem do passado é manipulá-lo. Neste sentido, podemos nos perguntar até que ponto e sob que perspectivas, o poder dominante manipulou o nosso passado.

O patrimônio arqueológico brasileiro, ao ligar-se a todas essas questões, implica a urgência de conscientização sobre o seu gerenciamento, não só por parte dos órgãos públicos e dos cidadãos mas sobretudo por nós arqueólogos.

Arq. nos  
livros  
didáticos

## 1.2. Os Arqueólogos e o Patrimônio Arqueológico

A agenda da Arqueologia para este século deve contemplar questões diretamente ligadas a apropriação, uso e preservação do patrimônio arqueológico. Para muitos arqueólogos, enquanto nos enredamos apenas em contendas teóricas, nosso patrimônio está sendo arrasado (Fagan, 1996; Hodder, 1995; Pyburn & Wilk, 2000). Hodder (1995) afirma que o que precisamos é "(...) *a discipline with a clear and certain image of itself, able to do the job of acting quickly and professionally to save the heritage, a discipline able to gain funding and win public confidence in conflicts over rights to the past*" (p.2)<sup>14</sup>. Isto implica em duas questões principais: a auto-reflexão sobre o nosso papel social e, por conseguinte, a reflexão sobre a nossa relação com o público.

De acordo com Elia (2000), devemos nos perguntar "(...) *who we are as archaeologists and what we stand for (...)*"<sup>15</sup> (p.84). A pergunta nos obriga a refletir sobre a trajetória da disciplina e sobre a nossa própria trajetória como profissionais dentro da sociedade. O quê estamos fazendo, por quê e para quem? (Bradford, 1998; Chippindale, 2000; Elia, op.cit.; Fagan, 1984; Funari, 2001; Malone et al, 2000; Minetti & Pyburn, 2001; Watkins et al, 2000).

As respostas devem ser muitas, uma vez que a Arqueologia é percebida de diferentes formas, não apenas pelo público - ou pelos públicos -, mas igualmente pelos arqueólogos. O que pensamos a respeito de "nós" e de nosso papel na sociedade não representa um padrão. Deste modo, debater sobre as diferentes perspectivas de nossos colegas arqueólogos acerca do papel da Arqueologia na sociedade é tão importante quanto discutir as estratégias de comunicação para com a sociedade.

Segundo Preucel and Hodder (1996a) "*All archaeologists share the view that the past can and should be used to the 'benefit' of contemporary society. But they differ in their visions of the ideal society and of how archaeology is to contribute to its realization. (...)*"<sup>16</sup> (p.519). A opção por uma abordagem teórica implica em determinadas percepções e atitudes decorrentes dela e todos nós, ainda que muitos não o façam

<sup>14</sup> Trad. "Uma disciplina com a imagem clara e certa sobre si mesma, apta a agir rapidamente e profissionalmente para salvar a herança, uma disciplina apta a ganhar apoio e confiança pública em seus conflitos sobre os direitos ao passado".

<sup>15</sup> Trad. "Quem somos enquanto arqueólogos e a que estamos dispostos".

<sup>16</sup> Trad. "Todos os arqueólogos partilham da visão de que o passado pode e deve ser usado para 'beneficiar' a sociedade contemporânea. Mas diferem muito em suas visões sobre a sociedade ideal e como a Arqueologia pode contribuir para a sua realização".

Agenda de Arqueologia este século  
 ↓  
 Apropriação, Uso e Preservação do Patrimônio Arqueológico

explicitamente, estamos apoiados em pressupostos teóricos (Funari, 1995). Resta-nos assumir essas posições para que o debate aconteça. Saber o que pensa o colega da sala ao lado, dentro de uma perspectiva dialógica, possibilita a construção de uma rede de significados sobre a disciplina, estimulando e enriquecendo os debates acadêmicos.

A este respeito, parece-nos apropriado tecer algumas considerações sobre o patrimônio arqueológico, tal como ele é visto a partir de três perspectivas teóricas da Arqueologia: o histórico-culturalismo, o processualismo e o pós-processualismo.

Dentro da perspectiva da Arqueologia Histórico-Culturalista, o conhecimento sobre o passado serve como instrumento para educar, civilizar e inculcar nos indivíduos um sentido de comunidade (Preucel & Hodder, 1996a). A postura eminentemente paternalista - própria do pensamento mais conservador na Arqueologia - desconsidera os discursos alternativos. Uma visão do passado, "recuperada" através de dados empíricos, é imposta como a verdadeira - a oficial. A sociedade - ignorante - deve aguardar de forma passiva a transmissão de seu passado, conhecido apenas por uns poucos iniciados. O público conhece seu patrimônio por meio de exposições que acabam por "(...) *preserving a stereotyped idea of the past, and confirming a particular view of the nature of the present*"<sup>17</sup> (Pearce, 1996, p.158). O passado usado como mecanismo de poder das classes dominantes confere à Arqueologia um perfil elitista e, portanto, tendencioso (Andrade Lima, 1988; Funari, 1988). O uso do patrimônio na legitimação de nacionalismos exacerbados, por exemplo, pode levar a episódios de graves conseqüências, como foi o caso de sua apropriação pelo regime nazista (Arnold, 1996).

A Arqueologia tradicional, como vimos, tem essa característica paternalista e autoritária. A Arqueologia Processual, por sua vez, nega veementemente essa postura.

Um dos principais objetivos da Arqueologia Processual é a incorporação de métodos que confirmam à Arqueologia um caráter objetivo, mensurável e testável. Segundo os processualistas, isto tornaria suas interpretações menos tendenciosas. Apesar disso, o discurso de uma Arqueologia revolucionária baseada na ciência e não no privilégio (Preucel & Hodder, 1996), mostra-se, ao longo dos anos, contrafeito em algumas situações. As visões dos indígenas sobre o passado, por exemplo, continuaram por muito tempo sendo ignoradas, não obstante os inúmeros projetos de Etnoarqueologia.

<sup>17</sup> Trad. "Preservando uma idéia estereotipada do passado, e confirmando uma visão política particular da natureza do presente".

Paternalismo  
Arqueologia  
no  
Hist.-Culturalista

Pat. Arqueologia  
falso na  
Arq. Processual

Somado a isso, o surgimento da chamada "Arqueologia de Contrato", fez com que o exercício da Arqueologia fosse, muitas vezes, limitado por questões de natureza econômica (Preucel & Hodder, 1996). Apesar disso, a Arqueologia de Contrato, constitui uma oportunidade positiva de se elaborar projetos de preservação do patrimônio da comunidade impactada (Funari, 2001a). A questão é, portanto, de responsabilidade ética. A Arqueologia norte-americana, em especial, tornou-se, a partir dos anos 60, mais profissional e, conseqüentemente, mais preocupada em discutir o seu papel social (Preucel & Hodder, op.cit.).

Diferentemente, os pós-processualistas, não acreditam na chamada "objetividade científica". Para eles, nossas interpretações sobre o passado são diretamente influenciadas por nossas circunstâncias políticas, sociais e econômicas, "(...) Os embates epistemológicos e acadêmicos - retirada a ilusória capa de 'objetividade do arqueólogo' - remetem ao inevitável posicionamento e comprometimento do arqueólogo perante a sociedade e à tomada de consciência de sua decorrente responsabilidade" (Funari, 1988, p.76). Esta tomada de consciência passa, necessariamente, pelo entendimento de que o exercício da Arqueologia é um ato político. Nossas construções do passado são feitas no presente o que envolve, inexoravelmente, nossas circunstâncias. As percepções de mundo dos arqueólogos "(...) colour their version of the past (...)"<sup>18</sup> (Bahn, 1996, p.85).

Na perspectiva pós-processualista, o passado é uma construção do presente. Para Preucel & Hodder (1996a), ele é essencialmente um produto do presente. Partindo dessa premissa, entende-se que há muitas vozes a reclamar esse(s) passado(s). Segundo Najjar (2001b),

(...) os grupos sociais nossos contemporâneos que hoje se apropriam, material e/ou simbolicamente daqueles vestígios, não só podem como, de fato constroem discursos sobre eles, discursos estes com os quais nós temos que, no cotidiano de nossas pesquisas, lidar e, muitas vezes, negociar (...) (p.2).

Somado a isso, na medida em que os meios de comunicação divulgam as pesquisas arqueológicas pelo mundo, o interesse pelo passado é despertado por muitas e variadas comunidades (Hodder, 1999). Para Giddens<sup>19</sup>, a partir do momento em que "(...) áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra (...)" (apud Hall,

<sup>18</sup> Trad. "Colorem sua versão do passado".

<sup>19</sup> Giddens, A *The consequence of modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.

Pol. Arqueológica  
p. 95  
Pós-Processualista

Passado como  
construção do  
presente  
↓  
Diferentes vozes / dis-  
cursos sobre o passado

1997, p.06). Significa que não há espaço para discursos "(...) únicos, monolíticos e estáveis (...)" (Hodder, 1999). É preciso trabalhar junto com essas comunidades para que elas próprias identifiquem e elaborem as suas interpretações do passado. Qualquer iniciativa contrária levaria ao que Minetti & Pyburn (2001) afirmam: "(...) We have been trying to show that, instead of taking advantage of our privileged situation to promote decolonization and empowerment, archaeologists, often inadvertently take part in this re-colonizing game (...)"<sup>20</sup>(p.6). O caminho, segundo os autores, para evitar a reprodução deste modelo é desenvolver projetos que sublinhem em sua concepção a parceria com os grupos interessados.

Afinal, devemos nos lembrar de que o patrimônio arqueológico não pertence a nós arqueólogos. Apoiamo-nos em Silva quando afirma que

*entender a função social da Arqueologia é também entender uma nova concepção de apropriação do patrimônio arqueológico. É concordar com a idéia de que esse patrimônio não se constitui em propriedade de grupos formados por critérios geográficos ou profissionais, mas que diz respeito à toda sociedade humana (1995, p.54).*

A própria concepção de patrimônio segue princípios distintos entre diferentes sociedades. Um exemplo disso é o trabalho de Fordred-Green & Neves & Green (2001). Os autores, ao desenvolverem projeto de Arqueologia Pública entre três grupos indígenas amazônicos, observaram que um deles, os Palikur, "(...) vivem e experimentam o passado por caminhos que não passam pela preservação do patrimônio arqueológico, mas sim através de narrativas inscritas na paisagem....)" (p.55). Assim, de acordo com os autores, os discursos acadêmicos baseados na preservação do patrimônio são inócuos nestes casos.

É preciso, como um antropólogo, trabalhar na comunidade e não sobre a comunidade (Neufeld, 2001). Neste sentido, cabe lembrar que nossa atividade é afetada e afeta a sociedade na qual estamos trabalhando (Elia, 2000). A chegada de uma equipe de arqueólogos causa impactos de natureza e intensidade diferentes nos grupos locais (Etchevarne & Sousa, 2001; Franco & Gatti, 2001; Najjar, 2001b; Oliveira et al, 1987). É

<sup>20</sup> Trad. "Temos tentado mostrar que ao invés de tomar vantagem de nossa situação privilegiada para promover a "descolonização e a legitimação, os arqueólogos, com frequência, inadvertidamente, têm tomado parte neste jogo de re-colonização."

Arqueologia  
participa do  
jogo da "recolo-  
nização"  
como fugir disso  
pertence com os  
grupos interessados

indiscutível que “*We affect these people with our numbers, our money, and our interpretations(...)*”<sup>21</sup> (Pyburn & Wilk, 2000, p.80).

Podemos dizer que a prática arqueológica tem implicações sociais, culturais, econômicas e políticas. Não refletir sobre essa questão é banalizar o exercício da profissão e reduzir o papel social da Arqueologia. De acordo com Hodder, “*Reflexivity needs to extend down into the trench, to the trowel’s edge, and down onto the laboratory bench, if it is to respond adequately to the world outside the shelter*”<sup>22</sup> (1999:xi).

A própria profissionalização da Arqueologia implica em olharmos à nossa volta e vemos que não vivemos isolados, fazemos parte de um mundo cada vez mais interligado pelos meios de comunicação e pelas ondas da globalização (Davis, 2001). Não podemos ficar suspensos no tempo. Afinal, para quê e para quem fazemos Arqueologia? (Brody, 1998; Funari, 2001). Concordamos com Macguire (1999), ao afirmar que “*(...) des- construir uma práxis da Arqueologia que acarrete conhecer, criticar e transformar o mundo (...)*” (p.390).

Essas questões têm sido objeto de reflexão da chamada Arqueologia Crítica<sup>23</sup>. A teoria crítica surge, nos anos 1970, a partir das discussões de um grupo de pensadores alemães da Escola de Frankfurt (Adorno, Benjamin, Habermas, Horkheimer, Marcuse, entre outros)<sup>24</sup>. Para eles, todo o conhecimento produzido é histórico e não há como se procurar a objetividade científica (Funari, 1988). Segundo essa perspectiva, há pesquisadores que têm a ilusão de poder lidar de forma neutra com aspectos da realidade social, quando na verdade estão - conscientes ou não - a serviço da ideologia dominante.

A reflexividade (Hodder, 1999; Potter, 1991) é fundamental para esta escola de pensamento, na medida em que permite a emancipação dos indivíduos, impedindo-os de reproduzir a ideologia da dominação (Funari, 1992;1995). No caso da Arqueologia, conduz os profissionais a pensar sobre sua própria atuação, sobre o papel social da disciplina e sobre a construção do passado. Segundo Tilley (1998) nós, arqueólogos.

<sup>21</sup> Trad. “Nós afetamos essas pessoas com os nossos números, com o nosso dinheiro, e com nossas interpretações”.

<sup>22</sup> Trad. “A reflexividade precisa se estender para dentro da trincheira, para o limite da colher de arqueólogo, e para a bancada do laboratório, se for para responder adequadamente ao mundo lá fora”.

<sup>23</sup> Para Arqueologia Crítica no Brasil ver Introdução, nota 9.

<sup>24</sup> Para Horkheimer, Adorno e Habermas, em português, ver a coletânea *Textos Escolhidos*. Col. Os Pensadores, vol.XLVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1975. Para Marcuse ver *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro:Zahar, 1968. Sobre Benjamin ver Konder, L. *Walter Benjamin. o marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Campo, 1988. Para uma introdução à Escola de Frankfurt, em geral, ver Matos, O, C.F. *A Escola de Frankfurt – Luzes e Sombras do Iluminismo*. SP:Editora Moderna, 1995.

possuímos o capital cultural necessário para "(...) *establish a hegemonic claim on the past and exclude other nonprofessional interest groups*"<sup>25</sup> (p.310). A perspectiva crítica atua no desmascaramento dessas contradições, evitando que nós mesmos caiamos nas armadilhas desta manipulação. Neste sentido, o exercício do papel do arqueólogo não pode ser de quem produz o passado e "educa" aqueles que nada sabem sobre ele (Tilley, 1998, p.310), mas de quem estabelece diálogos e parcerias com todos aqueles a quem interessa saber sobre o passado.

A Arqueologia, entretanto, manteve-se, por muito tempo, isolada da sociedade por um grupo de iniciados. Segundo Watkins(2000), esses profissionais trabalhavam num "(...) *vacuum or an ivory tower, producing reports only for other archaeologists (...)*"<sup>26</sup> (p.40). Esse encastelamento não era prerrogativa da Arqueologia, pois a ciência como um todo era vista como "(...) *saber separado e como coisa privada, como instrumento de dominação do mundo contemporâneo (...)*" (Chauí, 1981, p.1).

Dentro dessa perspectiva, apenas os iniciados detêm os instrumentos necessários ao acesso do conhecimento. São eles que descobrem e revelam a verdade. Com isso, instala-se o "discurso competente" que implica em que "(...) *não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar. Com esta regra, ele produz sua contraface: os incompetentes sociais (...)*" (Chauí, 1981, p.2). Essa elitização do conhecimento científico é característica marcante da Arqueologia tradicional, ou Histórico - Culturalista, como vimos anteriormente.

No Brasil, a influência histórico-culturalista na Arqueologia é significativa. A organização da comunidade científica, assim como sua atitude para com o público, é caracterizada pela verticalidade das relações. Muito embora a hierarquização esteja presente em grande parte da comunidade científica mundial, no Brasil, o quadro reflete, especialmente, a lógica da sociedade brasileira, que pode ser identificada com uma "cultura senhorial" (Chauí, 2000). Na análise de Minetti & Pyburn (2001), a Arqueologia Brasileira, apresenta-se como "(...) *extremely hierarchical with a strong paternalist/patronizing component (...)*"<sup>27</sup> (p.3). Esta atitude é reproduzida na relação entre o arqueólogo e o público que se caracteriza pelo distanciamento e pelo paternalismo.

<sup>25</sup> Trad. "Estabelecer uma reivindicação hegemônica do passado e excluir outros grupos não profissionais interessados".

<sup>26</sup> Trad. "No vácuo ou em uma torre de marfim, produzindo relatórios somente para outros arqueólogos".

<sup>27</sup> Trad. "Extremamente hierárquica com um forte componente paternalista/patronato".

Arqueologia  
Brasileira  
↓  
Verticalidade das  
relações  
Hierarquização

Para Silva (1995), essa distância é resultante do fato de que a Arqueologia Brasileira é "(...) marcada pela produção de conhecimentos voltada unicamente para os profissionais da área (...)" (p.52). Os arqueólogos brasileiros preocupam-se muito pouco em divulgar suas pesquisas para além dos limites da academia. Segundo Scatamacchia & Rambelli (2001) cabe a nós arqueólogos a consciência de que "(...) o conhecimento do passado não é privilégio de um pequeno círculo intelectual, mas deve ser dividido com toda a população" (p.122). Acrescentariamos que mais do que ser dividido, o passado deve ser construído com a população.

Arqueologia  
brasileira e a  
produção e  
circulação do  
 saber

A divulgação da Arqueologia para o público no Brasil é considerada uma "atividade secundária", o que parece eximir os profissionais desta tarefa (Silva, 1995, p.52). Há, no entanto, iniciativas isoladas por todo o país e, só recentemente podemos registrar o início - ainda tímido - de discussões específicas sobre a relação da Arqueologia Brasileira com o público (Beber & Izidro, 2001; Bezerra de Almeida 2001; Bruno, 1994; 1999; Etchevarne & Souza 2001; Fordred-Green & Neves, & Green 2001; Franco & Gatti 2001; Funari 1992, 2000, 2001 a e b; Hirata, 1985, 1989, Morais; 2001, Morais & Morais, 2001; Morley, 1992; Najjar 2001b; Oliveira & Oliveira, 2001; Scatamacchia, 1988; 1990; Scatamacchia & Rambelli, 2001; Schmitz, 1994; Tamanini 1998; 1999; Tenório & Franco, 1994; Thomaz, 2001; Zortea, 1995; entre outros).

Em artigo recentemente publicado, Schmitz (2001), ao fazer um balanço da Arqueologia Brasileira dos últimos 20 anos, diz

*A tarefa do arqueólogo seria mais fácil se dele fosse cobrada somente a pesquisa. Mas o que está em questão em nosso exercício é a pesquisa para produção de novo conhecimento, a disponibilização desse conhecimento para a comunidade nacional e internacional (...)* (p.54).

Uma das preocupações do autor é a divulgação dos resultados das pesquisas arqueológicas para a comunidade científica assim como para o público leigo. Além das discussões acima, o texto citado enfatiza a formação dos arqueólogos brasileiros e sua má distribuição pelo país. Segundo o autor, os cursos de pós-graduação são insuficientes em número e em qualidade e acredita que a solução seja a procura pelos programas de incentivo à formação no exterior. A distribuição desigual dos profissionais com doutorado pelo país é, para Schmitz, um agravante à situação em que se encontra o nosso patrimônio. Em sua avaliação, há regiões aonde o reduzido número de doutores ameaça a condução de pesquisas arqueológicas e, conseqüentemente, o gerenciamento do

patrimônio. Embora a discussão dessa questão fuja aos propósitos de nosso trabalho, ressaltamos a nossa discordância em relação a esta perspectiva reducionista sobre a situação da Arqueologia em nosso país (Minetti & Bezerra de Almeida, 2002).

Um outro ponto levantado pelo autor é a multiplicação dos projetos em Arqueologia por Contrato que são, para ele, responsáveis em parte pela "(...) forte sensação de diluição das temáticas tradicionais (...)" (p.59). Além disso, a oferta de recursos mais significativos nestes projetos atraiu parte representativa da comunidade científica no Brasil nos últimos anos. Cabe sublinhar que em 1988 Schmitz teceu panorama semelhante sobre a situação da Arqueologia Brasileira. Dentro desta perspectiva somos levados a concluir que, para o autor, pouco ou nada mudou nestes quase 25 anos.

Schmitz (2001) trata em poucas linhas dos veículos de divulgação da pesquisa arqueológica. De início, lamenta a irregularidade das publicações especializadas, como a *Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira* que, por estar freqüentemente mudando de formato, de política editorial e por não ter ampla distribuição, acaba por não ser um meio ideal de divulgação da Arqueologia. Cabe lembrar que seu artigo foi publicado em um novo periódico lançado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia de Xingó (*Revista Canindé*).

Um outro ponto não citado pelo autor mas que afeta diretamente a divulgação dos resultados de nossas pesquisas é a questão da publicação dos anais dos congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Muitos não são publicados, outros são lançados anos mais tarde e alguns publicam apenas parte do material enviado.

Por fim, Schmitz aborda o mercado de livros. São mencionados o livro *Pré-História da Terra Brasilis* (Tenório, 1999) e o livro *Pré-História do Nordeste* (Martin, 1997). O autor os coloca em uma mesma categoria mas suas naturezas são distintas. Enquanto o segundo é especificamente voltado para os arqueólogos, o primeiro destina-se a um público mais amplo – muito embora alguns artigos sejam demasiadamente técnicos para o leigo. Este livro, no entanto, foi amplamente divulgado na mídia e é conhecido - já como uma referência da Arqueologia Brasileira - tanto por professores como pelo público em geral.

Além desses dois títulos podemos acrescentar o livro *Sambaqui: Arqueologia do Litoral Brasileiro* (Gaspar, 2000) que, por tratar do tema de forma muito específica, deve atender mais especialmente ao público da Arqueologia. Não obstante, o livro foi publicado

dentro da *Coleção Descobrimdo o Brasil*, da Jorge Zahar Editor, que tem sido amplamente divulgada e bem aceita pelo público leitor, tendo em vista a excelência dos autores convidados para a sua elaboração e o preço acessível de cada livro. A editora prepara o lançamento do livro *Pintura Rupestre*, também de autoria de Gaspar, dentro da mesma Coleção.

Para o público de não arqueólogos, em especial os professores da escola básica, foi lançado o livro *Pré-História do Brasil* de Funari e Noelli (2002), que trata, de forma ampla e consistente a nossa pré-história, por meio de uma linguagem simples e direta (ver capítulo 3). É de autoria de Funari, também, *Os Antigos Habitantes do Brasil*, destinado ao público infanto-juvenil. O autor ainda coordena, junto com Jaime Pinsky, o livro *Turismo e Patrimônio Cultural* (2001), que reúne artigos de profissionais de várias áreas, dentre elas a Arqueologia Brasileira (Gomes, 2001; Morais, 2001).

Como vemos, parece que o mercado editorial está cada vez mais receptivo à pré-história Brasileira (v. Guarinello, 1994; Aquino, 2000, entre outros). De acordo com Funari (2000), os arqueólogos têm participado na produção de livros didáticos.

É preciso que os arqueólogos brasileiros se conscientizem efetivamente da importância da divulgação de nossa disciplina para o público e da urgência de se discutir de forma sistemática e ampla o desenvolvimento da Arqueologia Pública no país.

Como dito anteriormente, há um crescente número de trabalhos que, em maior ou menor grau, têm tratado da relação da Arqueologia com o público (Álvares, 1991; Bastos 2001; Beber & Izidro, 2001; Beltrão & Locks, 2001; Bezerra de Almeida, 2001; Bradford, 1998; Bruno, 1994, 1999; Demartini, 1994, 1996; Elazari, 1991, 1992, 1999; Fordred-Green & Neves & Green, 2001; Fortuna & Pozzi & Candido, 2001; Franco & Gatti 2001; Funari, 1992, 2000, 2001b; Guimarães, 2001; Hirata, 1985, 1989; Leite, 1996; Leite, S., 2001; Lotufo 1989, 1994; Morais, 2001, Morais & Morais, 2001; Morley, 1992; Najjar, 2001b e c, 2002; Oliveira et al, 1987; Oliveira, 2001; Oliveira & Oliveira, 2001; Pitaluga & Azevedo, 2001; Scatamacchia et al, 1988 1990, 1992; ,Scatamacchia & Rambelli, 2001; Silva, 1995; Tamanini, 1998, 1999; Tenório, 1999; Thomaz, 2001; Zortea, 1996, entre outros).

Com base nesta bibliografia, constatamos que a chamada *Arqueologia Pública*, tal como a entendemos (vide introdução deste capítulo), ainda é uma área praticamente inexplorada no Brasil.

Arq. brasileira  
e o  
mercado  
editorial

Schmitz (2001) fala da necessidade de "(...) desenvolvimento de uma arqueologia pública<sup>28</sup>, que esteja voltada para o atendimento e bem-estar dos cidadãos (...)" que seria, para ele, o "mercado interno" oposto ao "mercado externo" identificado como a comunidade internacional.

A idéia de mercado implica em consumo o que nos remete, mais uma vez, a Apple (1994), quando afirma que na sociedade de hoje somos definidos, fundamentalmente, como consumidores. Não construímos nada, apenas digerimos o que os outros fazem. Trata-se de uma visão elitista e paternalista, que pretende que se "(...) deixe a criação por conta dos guardiões da tradição, os experts<sup>29</sup> em eficiência e responsabilidade, dos detentores do 'verdadeiro conhecimento' (...)" (op.cit., p.51). Essa perspectiva, como dito anteriormente, é bastante difundida na Arqueologia Brasileira.

A "cultura senhorial", da qual somos herdeiros (Chauí, 2000), encontra-se, com frequência, internalizada nos nossos discursos sobre a Arqueologia e o público. A utilização de termos como "obras sociais" para referir-se aos programas de Arqueologia Pública (Fortuna & Pozzi & Candido, 2001, p.48) é uma armadilha da "cultura senhorial". A idéia que norteia esse tipo de programa é a de que conhecimento científico está a serviço de uma política assistencialista que visa promover o "bem-estar" da comunidade. Remetemo-nos às críticas de Minetti & Pyburn (2001) sobre a tendência de reproduzirmos em nossa prática a ideologia colonizadora. Para Freire (2002), o assistencialismo é instrumento de dominação.

Vimos de um lado um discurso assumidamente paternalista, e de outro, um discurso que, embora pretenda criticar o primeiro, deixa escapar os mesmos vícios. O quadro é próprio do estado incipiente em que se encontra a Arqueologia Pública no Brasil.

É preciso, portanto, refletir sobre a nossa práxis - entendida aqui como a superação da dicotomia entre teoria e prática (Kosik, 1985) - caso contrário, nos veremos presos nas armadilhas de nossa "herança senhorial" e acabaremos por reproduzir os mesmos modelos os quais criticamos.

A educação tem papel importante na transformação desse quadro uma vez que ela "(...) implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu

<sup>28</sup> O grifo é nosso.

<sup>29</sup> O grifo é do autor. Em itálico no original.

Arqueologia  
e a "cultura  
senhorial"  
(Chauí 2000)

Papel da  
Educação na  
modificação  
desse quadro

desmascaramento" (Freire, 1999, p.110)<sup>30</sup>. Através de projetos educativos de Arqueologia podemos tentar estabelecer um novo olhar sobre esta realidade.

### 1.3.A Arqueologia e a Educação para o Público

A apresentação da Arqueologia para o público, mais do que a mera divulgação de conhecimento, pressupõe a elaboração de estratégias educativas que criem condições para que o indivíduo seja capaz de "(...) *assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos (...)*" (Freire, 1999, p.46). Essas práticas educativas podem ser desenvolvidas Por meio de programas de educação formal ou informal.

A educação formal implica aquelas atividades que se desenrolam - especialmente - no âmbito escolar, envolvendo alunos e professores. A educação informal ultrapassa os limites da escola englobando vários tipos de atividades educativas (Bradford, 1998). Enfocamos, neste trabalho, os museus, a mídia em geral e o turismo.

#### 1.3.1. Educação Informal: Os Museus, a Mídia e o Turismo

##### 1.3.1.1. Os Museus

Os museus têm sido, tradicionalmente, a ponte entre o público e a Arqueologia. Na verdade, para o público em geral, "(...) museums are Archaeology (...)"<sup>31</sup> (Lea, 2000, p.315; cf. Tilley, 1998).

A interseção entre Arqueologia e Educação nestes espaços (Funari, 2000) não é novidade. Segundo Tamanini (1998), o que mudou ao longo dos anos foi a concepção de Educação. De acordo com a autora, a relação intrínseca entre educação e vida política fez com que os museus passassem a "(...) *atuar na perspectiva da educação contínua (...)*".

O problema é que, muitas vezes, a forma como o passado é mostrado nos museus acaba por perpetuar uma imagem estática, única e elitista (Pearce, 1990, Tilley, 1998), que é extremamente nociva ao cidadão e à Arqueologia. Isto ocasiona um distanciamento

<sup>30</sup> O grifo é do autor. Em itálico no original.

<sup>31</sup> Trad. "Museus são Arqueologia".

Educação →  
criar condições  
que o indivíduo  
seja capaz de  
assumir-se como ser  
social e histórico  
como ser pensante,  
comunicante, transformador

Museu -  
Arqueologia  
Educação  
" Histórico

no visitante que, não raro, vê os museus ainda como “gabinetes de curiosidades”. Propicia-se, desta forma, a visão dos objetos arqueológicos como tesouros. Ao invés de se educar, o indivíduo se deforma.

Chagas (2001) argumenta que o problema é que nos museus “(...) os objetos estão lá como palavras de dicionário, mas a língua não é o dicionário (...)” (p.36). Ou seja, é preciso que haja uma articulação nos significados dos objetos expostos dentro de um discurso inteligível pelo público. Mais do que uma questão de incrementar técnicas museográficas, há que se pensar no envolvimento com a administração da memória. Concordamos com Bruno (1999) quando afirma que “(...) gerenciar a coerência discursos expositivos pode representar uma grande responsabilidade de intervenção na vida do público. E o que dizer da responsabilidade de educar, por meio dos museus, a partir dos objetos?” (p.334).

Os museus têm sido o lugar preferencial dos projetos que envolvem Arqueologia e Educação no Brasil (Almeida & Vasconcellos, 1998; Beber & Izidro, 2001). Os resultados desses projetos, em sua maioria, não são amplamente divulgados o que dificulta a apreciação do tema. Há, entretanto, exemplos que permitem algumas considerações a respeito do assunto.

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville vêm, de forma efetiva, elaborando projetos de divulgação e de educação em Arqueologia para o público no Brasil. Cabe dizer, que esses não são os dois únicos museus de Arqueologia no país e nem tampouco os únicos a desenvolver projetos de Arqueologia e Educação. No entanto, como dito anteriormente, a divulgação desses trabalhos é bastante falha, o que acaba por deixar de fora, nesta tese, iniciativas que poderiam contribuir e enriquecer os debates. Além disso, não sendo este o tema de nosso trabalho, não nos aprofundaremos na discussão. Optamos por tratar desses dois museus por constituírem dois bons exemplos aos propósitos de nosso estudo.

O MAE/USP conta com uma equipe de museólogos e professores (Almeida & Vasconcellos, 1998; Bruno, 1994, 1999; Elazari, 1992; Hirata, 1985; Hirata et al, 1989; Hirata & Florenzano, 1999; Scatamacchia et al, 1990; entre outros), que vêm, há décadas, realizando um efetivo e amplo trabalho de educação do público em relação à Arqueologia.

O Setor de Educação do museu reúne projetos que atendem a públicos distintos: crianças, estudantes, professores e comunidade em geral. São realizadas atividades "hands-on", com base na idéia de que "(...) *nada poderá substituir a experimentação cujo ponto de partida é o manuseio/questionamento do artefato, a interrogação e a proposição de hipóteses a seu respeito (...)*" (Hirata et al, 1989, p.14). Este tipo de atividade tem se mostrado eficaz na apresentação da Arqueologia para as crianças. Há programas diferenciados para crianças a partir dos 4 anos de idade.

Um dos principais objetivos dos programas para as crianças é fornecer noções da Arqueologia e do trabalho dos arqueólogos (Elazari, 1992). Nas visitas de longa duração, elas passam por atividades preparatórias – para se ambientarem ao espaço do museu –, trabalham as peças, manuseando-as e em seguida, são deixadas livres pela exposição. Por fim, participam de oficinas, jogos e dramatizações (Hirata et al, 1989).

O projeto "Museu vai à Escola à noite", desenvolvido pelo MAE, visa ao atendimento de alunos do curso noturno. A equipe do Museu, através da utilização de kits de materiais arqueológicos, apresenta o trabalho do arqueólogo e possibilita o manuseio dos objetos. O projeto tem privilegiado, principalmente, as escolas de ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino (Elazari, 1991). O museu ainda oferece cursos para os professores. De acordo com Hirata (1985), "(...) *a pouca vivência dos professores em relação aos acervos museológicos impede, na maioria dos casos, um aproveitamento efetivo do potencial pedagógico latente nas coleções (...)*" (p. 11). A realização desses cursos proporciona um contato direto com as peças, contribuindo para que os professores construam, junto com seus alunos, novos universos de conhecimento.

O museu também se faz presente nas escolas por meio de projeto que estimula aos alunos a coleta de objetos em sua comunidade e a organização de um museu na escola. Todo o processo é desenvolvido pelos próprios alunos que trabalham, nesta atividade, com a questão da memória (Álvares, 1991; Hirata et al, 1989).

As ações do museu estendem-se para além da cidade de São Paulo. O programa educacional do Projeto Vale do Ribeira (Scatamacchia & Hirata & Bravo, 1988; Scatamacchia et al, 1990) faz parte dos projetos educativos da instituição, assim como o do Projeto Paranapanema (Morais<sup>32</sup> apud Funari 2000). Além disso, o museu conta com

---

<sup>32</sup> Morais, J.L. *Perspectivas geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista*. Tese de Pós-Doutorado. Não Publicada. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

uma publicação de ampla divulgação, a *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, aberta a pesquisadores brasileiros e estrangeiros (Hirata & Florenzano, 1999).

O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, por sua vez, vem desenvolvendo projetos que estimulem a participação da comunidade local. Em 1991, realizou-se trabalho envolvendo associação de moradores, escolas e diversas entidades na conscientização da preservação dos sambaquis (Tamanini, 1998). As inúmeras atividades em andamento no Museu contemplam não só a dinamização dos acervos mas, sobretudo, a Educação Patrimonial, o que tem levado a instituição a ser considerada um marco gerador de experiências sistematizadas na área da educação com o público (Tamanini, 1999). O Setor de Educação do museu vem se destacando pela reflexão de questões pertinentes aos museus de Arqueologia no Brasil, que são pouco debatidas pela comunidade científica de arqueólogos (Tamanini, 1998, 1999).

A constituição de museus regionais e locais também têm sido incentivada pelos projetos de Arqueologia (Gomes, 2001). Há vários exemplos no Brasil que apontam o museu como o principal instrumento de mediação entre a comunidade e o patrimônio arqueológico (Beltrão & Locks, 2001; Fortuna & Pozzi & Candido, 2001; Pozzi, 2001).

Para Bruno (1999), no entanto, a relevância dos museus para a Arqueologia Brasileira poderá ser mais efetiva na medida em que sejam superadas o que autora chama de "três síndromes": o mito da origem, o mito do conceito e o mito do futuro. A primeira remete-se ao passado, quando a Arqueologia ocupava lugar secundário nos museus. Para Bruno, essa situação ainda não foi resolvida. A segunda diz respeito às dúvidas sobre a inserção da Arqueologia em níveis locais, regionais e universais. E por último, a terceira se remete a preocupação com o volume de material proveniente dos projetos de Arqueologia de Salvamento (p.336). Em suma, a questão que envolve os museus e a Arqueologia é ampla e implica em análises mais aprofundadas, o que foge ao escopo de nosso trabalho.

#### 1.3.1.2. A Mídia

Um outro veículo de divulgação da Arqueologia é a mídia em geral. A televisão, os jornais, as revistas, a internet, os vídeos, têm sido, em muitos países, instrumentos importantes de apresentação da Arqueologia para o público. No entanto, as pesquisas

Museu como  
principal instrumen-  
to de mediação  
entre a Comunidade  
base e o Patrimônio  
Arq.

realizadas (Bird & von Trapp, 1999; Pokotylo & Guppy, 1999; Ramos & Duganne, 2000; Thomaz, 2001), mostram uma representação bastante distorcida de nossa disciplina, o que provoca ruídos em nossa relação com o público.

Ocorre que a informação percorre um longo caminho entre sua fonte e a audiência. De acordo com Bauer "(...) o objeto de difusão se transforma durante o processo (...)" (2002, p.234). Significa que a fonte – que seriam os arqueólogos – fornecem uma dada informação para o veículo transmissor – um jornalista, por exemplo – que reelabora essa informação de acordo com suas interpretações e as transmite para o receptor – o público em geral.

O processo não para por aí, pois a própria audiência transforma essa informação veiculada pela mídia segundo seus próprios referenciais e as dissemina dentre vários grupos de indivíduos que, da mesma maneira, fazem diferentes releituras dessa informação. O processo entre a fonte e o receptor é dinâmico e querer interferir é uma atitude, no mínimo, autoritária.

A recusa dos arqueólogos, e dos pesquisadores em geral, em aparecer na mídia, deve ser repensada uma vez que precisamos da divulgação de nosso trabalho. Mas, como afirma Santos (2002, p.154), "(...) é necessário ser prudente, prudência que apenas vem da consciência plena do papel que temos para exercer".

Além disso, o próprio conceito de Arqueologia Pública "(...) works because of public interests and the media appeal of archaeology (...)"<sup>33</sup> (Bense 1991, p.12). Na verdade, jornalistas, repórteres e editores, por exemplo, têm um papel importante na medida em que podem alcançar milhões de pessoas (McManamon, 1991). Para a historiadora Mary Del Priore, o jornalista "(...) faz a história imediata",<sup>34</sup> é o seu locutor. Apesar disso, são freqüentes os problemas causados por matérias sensacionalistas e/ou mal fundamentadas.

É comum a nós arqueólogos agirmos como se a mídia estivesse fazendo um favor em divulgar nossas pesquisas. Esquecemo-nos, no entanto, que o nosso trabalho atrai o público que consome informação a partir desses veículos. Quer dizer, a mídia se beneficia da Arqueologia (Pendergast, 1998), chegando muitas vezes a se valer de seu

<sup>33</sup> Trad. "Funciona por causa do interesse público e do apelo da mídia pela Arqueologia".

<sup>34</sup> Entrevista concedida à jornalista Marília Gabriela, na Rede TV, no dia 21/02/2002.

conhecimento para "(...) *advance their own political agendas*" (Minetti & Pyburn, 2001, p. 2).

A questão é entender essa relação como uma via de mão dupla e negociar o que interessa a ambas as partes. A multiplicação dos veículos de comunicação tem ampliado as possibilidades de divulgação da Arqueologia mas é preciso ter cuidado pois o que importa é saber o quê está sendo apresentado e como está sendo representado (Pendergast, 1998).

No Brasil, a questão não tem sido discutida de forma sistemática. Não há trabalhos que tratem da relação da Arqueologia com a mídia. É preciso preencher essa lacuna.

Realizamos um breve levantamento sobre a representação da Arqueologia Brasileira em três publicações de naturezas distintas: o jornal *O Globo* - periódico de ampla circulação no país e em especial no estado do Rio de Janeiro; a *Revista Ciência Hoje*, especializada em divulgação científica e a *Revista National Geographic - Brasil*, conhecida, sobretudo, pelo forte apelo estético de suas matérias. Foram pesquisados os exemplares referentes ao ano de 2001.

No *Jornal o Globo*, as matérias relativas às descobertas arqueológicas encontram-se publicadas, essencialmente, na seção Ciência e Vida, mas eram divulgadas também nas colunas sociais. Das 52 matérias sobre Arqueologia - a maioria sobre o Oriente, a Europa e a América Pré-Colombiana - apenas 08 tratam de temas ligados à Arqueologia Brasileira.

As matérias publicadas referem-se aos estudos de DNA no esqueleto de "Luzia"<sup>35</sup>; ao projeto de recuperação e catalogação de peças provenientes de sítios na Floresta da Tijuca; aos sítios arqueológicos com pinturas rupestres inseridos em área considerada apta a se tornar patrimônio da humanidade; à descoberta de sítios arqueológicos na região de Búzios; às notícias sobre a Mostra do Redescobrimento; às comemorações do Dia da Consciência Negra no Cemitério dos Pretos Novos e à ida do diretor da FAPERJ à abertura do XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. A notícia registrada na coluna social do referido jornal refere-se à visita de um sítio arqueológico em Minas Gerais por um representante da família Orleans e Bragança.

---

<sup>35</sup> Crânio e alguns ossos humanos, encontrados em Lagoa Santa em 1975, e estudados nos anos 1990 pela equipe do Dr. Walter Neves da USP. Trata-se de uma mulher e data de aproximadamente 11.680 anos, cujo estudo tem significativas implicações para o povoamento do continente americano. Ver Funari & Noelli, 2002.

Menos de 20% das matérias sobre Arqueologia tratam de temas ligados ao Brasil. No entanto, entendemos que mesmo em tão reduzido número, as notícias publicadas indicam o interesse no mínimo por parte do jornalista que neste caso é o mesmo que assina a maior parte das matérias. Como podemos observar, a Arqueologia aparece nas matérias em associação a eventos, lugares ou pessoas considerados importantes em nível local, regional ou nacional.

Duas matérias tratam da Arqueologia em contextos turísticos importantes no Rio de Janeiro: Floresta da Tijuca – a maior floresta urbana do mundo - e Búzios - um balneário no Rio de Janeiro conhecido pela sua beleza natural e pela notoriedade de seus freqüentadores e local onde a especulação imobiliária ameaça em muito os sítios arqueológicos.

Outras duas são de natureza política: a participação do presidente de importante fundação do governo do Estado do Rio de Janeiro no Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, a outra sobre o Cemitério dos Pretos Novos, local onde foi realizado trabalho de salvamento arqueológico<sup>36</sup>. Usado para uma cerimônia de natureza política, o sítio histórico tem estreita relação com o que vimos discutindo, na medida em que o evento realizado contou com representantes de movimentos pela luta dos direitos dos negros na sociedade. O fato aponta para o papel político da Arqueologia na construção da cidadania e na reivindicação dos direitos das minorias (v. Funari, 1992). Além disso, foi organizado, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, um seminário – que contou com arqueólogos, historiadores, antropólogos e sociólogos do Brasil e do Exterior - sobre a escravidão negra (v. Najjar, 2001c) .

As duas matérias sobre os sítios rupestres na área candidata a ser patrimônio da humanidade e sobre a Mostra do Redescobrimento inserem a Arqueologia no cenário cultural nacional - em ambos os casos - com grande repercussão.

Por fim, a matéria sobre Luzia e os estudos de DNA que, naquele ano, foram assunto de jornais e revistas do mundo inteiro. É o caso da *Revista Ciência Hoje* que no ano de 2001 publicou matéria, feita com o antropólogo Walter Neves, a respeito do estudo do esqueleto de Luzia. A decepção é que esta foi a única vez em que a Arqueologia Brasileira se fez representar nas páginas desta revista em 2001. Na *National Geographic* -

---

<sup>36</sup> Realizado pelo Instituto de Arqueologia Brasileira. Ver Carvalho et al O Cemitério dos Pretos Novos: uma abordagem interdisciplinar. Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 10.RJ, 2001. *Resumos*. RJ:SAB, 2001, p.109-110.

*Brasil*, a situação é ainda mais grave, já que Arqueologia Brasileira não foi contemplada em nenhuma matéria no ano de 2001.

Acaba de ser lançada no Brasil a *Scientific American – Brasil*, um das mais tradicionais revistas de divulgação científica do mundo. Acreditamos ser este mais um importante veículo para a divulgação das pesquisas em Arqueologia no Brasil. Neste primeiro número o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, diz

*(...) A divulgação científica, mediante livros, publicações e artigos nos meios de comunicação, estimula a maior interação entre o imaginário popular e as conquistas da ciência e tecnologia; desperta o interesse por seus temas; e é uma forma de prestar contas à sociedade dos recursos investidos no setor e os resultados com eles obtidos.(...) (2002: p.27).*

É preciso que a Arqueologia Brasileira ocupe seu espaço entre as ciências no Brasil através da publicação de sua produção científica em veículos de divulgação mais ampla. Sardenberg (op.cit.) afirma estar convencido de que “(...) o caminho certo para reduzir desigualdades é propiciar a todos o acesso ao conhecimento e, nessa tarefa, o jornalismo científico no Brasil vem crescendo com competência (...)” (p.27). Nós arqueólogos devemos assumir esse compromisso.

Um outro veículo de divulgação é a televisão. A Arqueologia Brasileira, embora em desvantagem com a Arqueologia de outras partes do mundo, tem sido apresentada sem maiores ruídos. O canal Futura, da TV por assinatura, veicula programas educativos que já contemplaram a Arqueologia. Em um deles, que conta com a participação de uma arqueóloga<sup>37</sup> na elaboração do roteiro, o trabalho do arqueólogo é apresentado de forma clara e objetiva. Em outros canais de TV, vários documentários tratam de temas da Arqueologia Brasileira, em especial, do Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí. O parque já foi, inclusive, contemplado no enredo de uma escola de samba no Rio de Janeiro, além de ter sido tema de programa humorístico<sup>38</sup>.

A presença da Arqueologia Brasileira na Internet pode ser verificada em, pelo menos, dois sites.<sup>39</sup> Franco (1997; 1999), arqueóloga responsável por um destes sites, registra um grande interesse – em especial por parte de crianças – pelos temas da Arqueologia, incluindo a pré-história brasileira.

<sup>37</sup> Camilla Agostini.

<sup>38</sup> O programa Casseta e Planeta transmitido pela Rede Globo de Televisão.

<sup>39</sup> <http://www.arqueologiaemconexão.painet.br>; <http://www.itaucultral.org.br/arqueologia/>. Há sites de diversas instituições de pesquisa, tais como, o do Instituto de Arqueologia Brasileira.

### 1.3.1.3. O Turismo Arqueológico

Ainda dentro da educação informal, há o turismo arqueológico que em muitos países - França, Inglaterra, Peru, México entre outros - encontra-se bastante desenvolvido. O chamado turismo cultural vem crescendo a cada dia em todo mundo. Segundo Funari e Pinsky (2001), ele é um "(...) *fator essencial da prática e da reflexão sobre o ensino (...)*" (p.10).

No Brasil, o turismo arqueológico ainda é pouco explorado mas já há iniciativas em curso no Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí e em Xingó, no estado de Sergipe. No Sul do país, há um projeto de parque temático no município de Casca (Leite, 2001) com infraestrutura para o turismo local (cf Hodder, 1999 e Pyburn & Minetti, 2001).

O turismo arqueológico, no entanto, envolve uma série de questões (Scatamacchia & Rambelli, 2001; Stanchi, 2001). A discussão do tema, aprofundada em recente trabalho de Moraes (2001), aponta várias medidas que devem ser tomadas para a instalação de complexos turísticos que contemplem a Arqueologia.

Moraes (2001), dentro do que vimos tratando, chama a atenção para a relação da comunidade com o turismo. Para o autor, devem ser consideradas as vozes da população local para que o projeto tenha êxito e seja realmente de interesse da comunidade. Segundo ele, "(...) *o pleno comprometimento de seus diversos segmentos estimulará posturas de preservação, valorização e divulgação do patrimônio arqueológico como fator de atração turística (...)*" (p.98). Ou seja, também com relação ao turismo a atitude do público, no caso local, com o patrimônio arqueológico deve ser observada.

De acordo com Moraes (2001.), a utilização do patrimônio arqueológico com fins turísticos, deve considerar alguns pontos: 1º) "*promoção de meios que permitam maior visibilidade do patrimônio arqueológico, especialmente, nas mídias de maior alcance popular*"; 2º) incentivo a organização de inventários das coleções; 3º) utilização de recursos tecnológicos para a produção de cenários que retratem o cotidiano de populações passadas; 4º) o reconhecimento das técnicas artesanais do passado na produção de artesanato local e 5º) "*incentivo à proteção auto-sustentável*". (p.102-103). É, portanto, uma questão que deva ser tratada com cautela.

Não temos ainda uma tradição neste tipo de turismo e a multiplicação de parques arqueológicos deve ser amplamente discutida. Do contrário, correremos o risco de

Turismo Cultural como fator essencial da prática e da reflexão sobre o ensino

A utilização do patrimônio arqueológico com fins turísticos

transformar o passado num parque temático (Hodder, 1999). A preocupação de Moraes (2001) com relação à cultura local vai ao encontro das idéias de Freire acerca da invasão cultural de que tratamos anteriormente neste capítulo (Freire, 2002). Um modelo que vem dando resultados positivos para o turismo arqueológico é o dos sítios-museus (cf Gomes, 2001). Implantado, aqui no Brasil, por Kneip<sup>40</sup>. Esta forma de divulgação da Arqueologia é, em geral, bem recebida pelas comunidades locais. Kneip inaugurou a Praça do Sambaqui da Beirada, situada no município de Saquarema, no Rio de Janeiro, em 1998. Em 1999, é criado, pelo Instituto de Arqueologia Brasileira, o sítio-museu Sambaqui da Tarioba, situado em Rio das Ostras, também município do Estado do Rio de Janeiro. Saquarema e Rio das Ostras são cidades turísticas do litoral do Estado, o que torna a localização destes sítios-museus privilegiada em termos de visitação. Em estado vizinho, Espírito Santo, na cidade de Anchieta - conhecido local de turismo religioso - encontra-se a Igreja de Nossa Sra. da Assunção cujo projeto de restauração foi desenvolvido pela 6ª Superintendência Regional do IPHAN. Após a conclusão dos trabalhos foi criado um sítio-museu que permanece aberto a visitação pública (Najjar, 2001a).

### 1.3.2. A Educação Formal

Com relação à Educação Formal, a Arqueologia no Brasil ainda está ensaiando seus primeiros passos. De acordo com Funari, a maioria dos 300 arqueólogos atuantes no país considera a Educação pouco importante para a Arqueologia (2000, p.183). O autor menciona dois pontos prementes de atenção: a falta de contato dos arqueólogos com as perspectivas educacionais e a falta de entendimento entre educadores e arqueólogos. Segundo ele, existem no Brasil arqueólogos engajados em atividades educacionais e educadores que trabalham com arqueólogos. Infelizmente, os resultados destas parcerias não têm sido amplamente divulgados<sup>41</sup>.

Parte significativa dos trabalhos que tratam de Arqueologia e educação escolar no Brasil estão reunidos nos anais do *Seminário para Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º graus* (Tenório & Franco, 1994). O evento, realizado em

<sup>40</sup> Ver vídeo SAMBAQUI da Beirada: Arqueologia na praça. Roteiro Lina Kneip e Bruno M. Lima. RJ: Central de Produção Multimídia da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001, 1 fita.

<sup>41</sup> A Universidade do Sul de Santa Catarina mantém o NUPEP – Núcleo de Pesquisa em Educação Patrimonial. A autora da presente tese integra, junto com educadores, o Núcleo de Pesquisas Pedagógicas – Idéia, no Rio de Janeiro.

Arqueologia  
na  
escola →  
teme pouco  
deserto pela  
Brasil

1993, no Rio de Janeiro, reuniu arqueólogos e educadores de todo o país e confirmou a necessidade de programas educativos voltados especialmente, e oficialmente, para as escolas da rede pública de ensino.

A questão curricular é considerada um dos entraves à introdução da Pré-História nas escolas. Argumenta-se, em geral, que os currículos estão completos e repletos de assuntos o que não permitiria a inclusão de nenhum novo conteúdo.

Os currículos são permeados por relações de poder que influenciam sua organização (Moreira, 1994). Como vimos no início do capítulo, a sociedade contemporânea entende que a escola deve atender às demandas econômicas vigentes (Apple, 1994). Desta forma, dificilmente se encontrará espaço para conteúdos como a Pré-História ou a Educação Patrimonial.

Apesar disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) estabelecem como objetivos gerais de História para o Ensino Fundamental, entre outros:

*(...) organizar alguns repertórios histórico-culturais que lhes permitam localizar acontecimentos em uma multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para algumas questões do presente e do passado; reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas (...) próximas ou distantes no espaço e no tempo; e valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia (p.41).*

Leite (1996) analisa a repercussão de propostas de mudança curriculares para o ensino de História em três estados (Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo) e conclui que, para a maior parte dos professores, a inclusão da pré-história é considerada desnecessária, tendo em vista que o tema é tido como uma "(...) curiosidade supérflua e distante (..)" (p.596). No Rio de Janeiro, entretanto, Lotufo (1989, 1994) obteve êxito ao introduzir a disciplina "Fundamentos de Arqueologia" no 1º e 2º graus em uma escola da rede privada de ensino. A disciplina, oferecida de 1983 a 1985, despertou o interesse do corpo discente e estimulou a vocação de dois alunos que se tornaram bacharéis em Arqueologia (Bezerra de Almeida & Seda, 2000).

Uma questão que se apresenta como obstáculo para o ensino da pré-história nas escolas é a formação dos professores e a inexistência de materiais didáticos adequados. Os cursos de Graduação em História no Brasil não preparam seus alunos para ensinar conteúdos de nossa pré-história. Afonso (1994) apontava essa deficiência no currículo do

Problemas  
- formação  
professores  
- inexistência  
material  
didático

Curso de História da Universidade de São Paulo. Hoje, são oferecidas disciplinas introdutórias de Arqueologia nesta graduação. No caso da Universidade Federal do Pará, Assis (1994) relata situação ainda mais grave. Havia no currículo uma disciplina optativa de Arqueologia que, no entanto, não atraía os alunos.

Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o currículo da Graduação em História inclui uma disciplina de Arqueologia. O objetivo principal é a conscientização dos alunos sobre importância da preservação do patrimônio cultural na região aonde existem cerca de 10.000 índios aldeados (Oliveira, 2001).

Cabe lembrar que existem vozes discordantes, Schmitz afirma que "(...) A formação de professores de 1º, 2º e 3º graus é uma tarefa a qual a maior parte<sup>42</sup> dos arqueólogos se dedica (...)" (p.16), a publicação dessas atividades e de seus resultados, entretanto, não têm sido divulgadas.

O fato é que os professores de História quando se interessam pelo tema são obrigados a procurar a informação por conta própria, aí surge o outro problema: os materiais didáticos.

Já vimos, anteriormente, que há alguns títulos disponíveis no mercado editorial sobre a pré-história brasileira. Vimos, também, que dentre eles, até o momento, apenas um se adequa as necessidades dos professores (Funari & Noelli, 2002). Os livros didáticos, embora já contemplem a pré-história, ainda o fazem de maneira insatisfatória e/ou preconceituosa (Andrade Lima e Silva, 1998; Pinôn, 2001; Vasconcellos, 1994). Essa questão será tratada especificamente no Capítulo 3.

Algumas instituições têm desenvolvido materiais que podem ser úteis para projetos educativos, embora não sejam elaborados especificamente para o público escolar. Dentre eles, podemos citar a publicação *Cuidando do Patrimônio Cultural* (Ataídes & Machado & Souza, 1997), da Universidade Católica de Goiás, cujo formato de cartilha é bem acessível aos alunos em idade escolar. O Instituto de Arqueologia Brasileira lançou em 1999, a *Cartilha: Arqueologia, Definições, Proteção*, que trata de conceitos básicos da disciplina. O Museu de Arqueologia de Xingó (Carvalho, s/d) através de uma publicação ilustrada, narra o trabalho da Arqueologia na região impactada pela hidrelétrica. O IPHAN tem uma publicação direcionada especificamente à Educação Patrimonial que, embora

<sup>42</sup> O grifo é nosso.

Material didático sobre pré-história brasileira

não contemple a Arqueologia de maneira satisfatória, é bastante didática e abrangente (Horta & Greenberg & Monteiro, 1999).

Com relação aos materiais visuais para serem utilizados nas aulas, a carência é grande (Prous, 1994). A exceção fica por conta de alguns vídeos produzidos especialmente para o público escolar (Bezerra de Almeida, 2001<sup>43</sup>; Martins et al, 2001<sup>44</sup>, entre outros). A produção de vídeos de Arqueologia é, em países como os Estados Unidos e a França, bastante desenvolvida. Acredita-se que é um formato interessante para apresentar a Arqueologia para o público.

Em suma, de acordo com Henson (2000), "*If we are concerned about the future of archaeology then we must be concerned with its relationship with education, for it is this relationship that will ensure its continued survival*"<sup>45</sup> (p.126). No caso brasileiro, há muito por ser feito.

Nosso trabalho, como veremos, surge da necessidade de suprir essa lacuna nas escolas. Uma lacuna que está diretamente ligada à proteção de nosso patrimônio arqueológico.

Para Fagan (1998), preocupar-se com o *futuro do passado* é preocupar-se com o patrimônio arqueológico que deixaremos para as as crianças. É preciso, no entanto, mais do que preservar. É preciso educar as próximas gerações para que não sejam elas os agentes da destruição. Além disso, as crianças, por sua vez, têm considerável influência nas atitudes dos adultos (Smardz & Smith, 2000b), o que torna a infância o período ideal para programas de educação em Arqueologia e a escola um espaço privilegiado para a o seu desenvolvimento.

As discussões acerca da introdução da disciplina nas escolas vêm se multiplicando por todo o mundo, revelando um mosaico de situações com semelhanças e singularidades próprias da trajetória histórica de cada país.

<sup>43</sup> Ver Ref.Bib.por A ARQUEOLOGIA vai à escola.

<sup>44</sup> Ver Arqueologia na área implantada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil/MS.

<sup>45</sup> Trad. "Se estamos preocupados com o futuro da Arqueologia, então, devemos estar preocupados com a sua relação com a educação, pois é essa relação que irá garantir sua sobrevivência".

ligação direta  
entre a ausência  
do tema Arqueologia  
nas escolas  
& o histórico e a  
condição atual de  
Prof. e Pres. do  
Colégio Arqueológico

### 1.3.2.1. A Educação Formal em Outros Países

Optamos por apresentar um breve panorama da relação entre a educação formal e a Arqueologia em países de conjunturas econômico-sociais distintas. Nossa intenção, entretanto, não é discutir as singularidades de cada país, uma vez que isto demandaria a consideração de muitos elementos que compõem esses amplos cenários. O objetivo é mostrar que existem diversos caminhos para que se articule a arqueologia e a educação escolar. Os países selecionados são Argentina, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Quênia e Japão. Estes exemplos permitem-nos avaliar melhor a própria situação do Brasil, na medida em que servem como contrapontos para as nossas reflexões acerca das dificuldades e das alternativas para a introdução da Arqueologia na educação formal em nosso país. Na verdade, cada um desses casos vale-nos como um espelho que, ao refletir as nossas próprias idiosincrasias, dá-nos a possibilidade de elaborar estratégias adequadas à nossa realidade.

Os anos de ditadura militar na **Argentina** (1976-1983) abalaram, profundamente, o sistema educacional deste país. Através da expulsão e perseguição de professores, do controle dos conteúdos dos currículos e de uma estrita vigilância dos comportamentos nas escolas, o governo tencionava reprimir qualquer manifestação contrária ao *status quo*. Sua estratégia, entretanto, não se resumia a essas medidas. Em 1978, o governo decidiu transferir a responsabilidade da educação escolar básica para as províncias, esfacelando a estrutura do sistema educacional. Essas medidas levaram a um quadro desolador que, segundo Podgorny (1994), caracterizava-se, nos anos 1980, por uma infraestrutura precária, deteriorada e com um corpo docente totalmente desarticulado (Podgorny, 1994).

Aos poucos, em meados de 1980, as universidades voltaram a se reestruturar. Os professores reuniram-se para planejar os novos rumos da educação superior e para discutir questões específicas de cada área do conhecimento. No caso da Arqueologia, ligada aos departamentos de Antropologia, as reflexões giravam em torno dos caminhos futuros da disciplina na Argentina.

As discussões entre os pesquisadores apontavam para a necessidade de se aproximar a Arqueologia dos cidadãos que, em sua maioria, tinham uma atitude de negação quanto ao seu passado. Para a população, o passado indígena não fazia parte de sua história, que começaria apenas em 1492. Essas idéias se originaram no século XIX através de D.F. Sarmiento, presidente da Argentina entre 1868 e 1874, que

sustentava a idéia de que os índios eram estúpidos e medíocres quando intelectualmente comparados aos "civilizados". As dificuldades encontradas para a implantação da Arqueologia nas escolas, não se referiam apenas aos danos causados pela política autoritária anterior, mas à própria imagem do passado argentino para a população.

Nos anos 1990, projetos em Arqueologia e Educação Pública começam a ser desenvolvidos por meio de workshops com crianças, atividades educativas com adolescentes, palestras nas escolas e visitas guiadas ao Museu de Ciências Naturais de La Plata (Podgorny, 1994). Não obstante, a proposta de inclusão da disciplina no sistema educacional, surgida neste período, não havia, até 2001, se concretizado de forma satisfatória (Podgorny, 2001)<sup>46</sup>.

A inclusão da Arqueologia nas escolas dos **Estados Unidos** também foi marcada por obstáculos políticos, econômicos e sociais. Os parâmetros da disciplina de História - implantados nos anos 1980 - criticavam a visão multiculturalista e pluralista defendida pela pedagogia crítica (Davis, 2000 a e b). A opção por uma perspectiva tradicional implica na supressão e/ou redução da participação das minorias na construção do passado. Além disso, nos conteúdos de História privilegia-se a noção de que o estudo do passado se faz a partir de fontes escritas, desconsiderando a cultura material.

Para agravar ainda mais a situação, há o fato de que a demanda por temas ligados à economia e às questões "de necessidade para a América" faz das disciplinas da área tecnológica as mais importantes do currículo (Davis, 2000 a e b) tomando os conteúdos da Arqueologia irrelevantes na sociedade e, por conseguinte, na educação escolar.

Em função desse quadro arqueólogos norte-americanos passaram a se empenhar na elaboração de programas de educação nas escolas (Davis, 2000 a e b; Ellick; 2000; Selig, 1991; Smadz & Smith, 2000; Smith & McManamon, 1991, entre outros). A própria Sociedade de Arqueologia Americana, a SAA (Society for American Archaeology)<sup>47</sup> em seu site na Internet disponibiliza material para projetos educativos sob o título *Teaching Archaeology – Archaeology in the Classroom*<sup>48</sup>. A SAA ainda mantém um comitê permanente para discussões sobre educação – o PEC (Public Education Committee) e uma publicação especializada no tema, a *Archaeology and Public Education*, que reúne

<sup>46</sup> Palestra "Arqueologia e Educação" realizada no Museu de Astronomia no Rio de Janeiro.

<sup>47</sup> Society for American Archaeology \_\_\_\_\_ Formal Education Subcommittee. *Guidelines for the evaluation of Archaeology education materials*. 1995. e \_\_\_\_\_ Public Education Committee. *Teaching Archaeology SAA.WEB*. <http://www.saa.org/puedu/sampler/toc.html>

<sup>48</sup> <http://www.saa.org/pubedu/sampler/classroom.htmlxsss>

artigos e editoriais de arqueólogos envolvidos com a educação do público. Neste periódico, encontram-se sugestões para aulas com crianças, indicação de materiais de uso didático (vídeos, jogos virtuais, livros, revistas, etc), bibliografia especializada, temas para workshops com professores, discussões sobre a inclusão de escavações nos programas educativos, enfim, um farto material para aqueles que se dedicam à Arqueologia Pública em geral e à introdução da Arqueologia na escola em particular.

No país vizinho aos Estados Unidos, o **Canadá**, a Arqueologia Pública está em pleno desenvolvimento ou, como preferem Lea & Smardz (2000), está na adolescência. Desde 1999, a CAA - Canadian Archaeological Association - adotou formalmente uma política para a divulgação da Arqueologia para o público em geral. Na perspectiva da CAA, a parceria com o público na preservação do patrimônio arqueológico, endossa as justificativas para a obtenção de apoio financeiro para pesquisas.

Com intuito de solidificar essa parceria, a CAA criou um multifacetado programa educativo que inclui parques, web sites, escolas de campo para o público, kits sobre Arqueologia, cursos para professores, visitas nas escolas, atividades "hands-on" e a elaboração de um manual para o ensino da Arqueologia no âmbito escolar. A proposta de um currículo nacional para a Arqueologia, vem sendo desenvolvida através de workshops com os professores (Lea & Smardz, 2000).

No Reino Unido, a situação é bastante diferente. Há quatro currículos de História diferentes em vigor nas escolas da Inglaterra, do País de Gales, da Irlanda do Norte e da Escócia. Trataremos, especificamente, do caso da Inglaterra (Henson, 2000).

O currículo de História exclui a pré-história da **Inglaterra**. Deste modo, a inserção da Arqueologia no currículo escolar nas escolas inglesas torna-se ainda mais difícil. Essa exclusão, no entanto, não é absoluta. Há casos de professores que incluem, formalmente, os conteúdos da disciplina em suas aulas e outros que tratam eventualmente do tema (Henson, 2000). Alguns professores, ao apresentarem explicitamente a Arqueologia em seus programas, adotam perspectivas classificatórias e técnicas, que objetivam "*juntar as peças do passado*" (Planel, 1994, p.274). Outros professores realizam atividades do tipo "*hands-on*" tal como a análise de lixo moderno, realizada pelos próprios alunos (Richardson, 1994). Segundo Henson (2000), há casos de professores que se utilizam da cultura material para falar da pré-história e até mesmo da história do país, sem se dar conta de sua relação intrínseca com a Arqueologia.

Ainda, segundo o autor, a proposta de revisão do currículo de História nas escolas inglesas, ao sublinhar uma visão pluralista do passado, pode resultar em que, tanto a História quanto a Arqueologia passem a ter maior relevância para a sociedade de uma maneira geral (op.cit., p.139 -140).

Na França, ao contrário da Inglaterra, a integração entre a Arqueologia e as escolas demonstra o amadurecimento do sistema educacional francês com relação à importância da disciplina e seus conteúdos. Através dos “*compétences transversales*” - o correspondente dos nossos “*temas transversais*” - esses conteúdos são utilizados para tratar de tópicos variados, tais como a noção de tempo e a memória. Em função disso, há uma grande diversidade de materiais que podem ser utilizados pelos professores como, por exemplo, o livro *Découverte d'une Maison Gallo-Romaine*<sup>49</sup> que mostra de forma didática - por meio de ilustrações e esquemas - o processo de formação de um sítio arqueológico e o trabalho do arqueólogo .

Apesar da escola não ser o único lugar aonde a educação se realiza, é neste espaço que muitas informações, conceitos e valores são introduzidos ou reforçados. Isto talvez nos ajude a entender o orgulho dos franceses pelos seus famosos sítios arqueológicos e ainda o conhecimento dos alunos sobre descobertas arqueológicas. Segundo Planel (2000), “*French primary school children all know who ‘Lucy’<sup>5051</sup> was*” (p.147).

É interessante notar que os estudantes franceses sabem mais do passado distante do continente africano do que os seus próprios habitantes. O esqueleto de Lucy é considerado um dos dois mais importantes achados arqueológicos do século passado. Apesar disso, nem a pré-história africana, nem a queniana, são satisfatoriamente contempladas nos currículos escolares no Quênia e, tampouco, nos livros didáticos que, segundo Wandibba (1994) estão bastante desatualizados.

Para o autor, um dos pontos centrais a essa questão, é o fato da Arqueologia ser considerada relevante apenas para estudar uma pequena parte da História da África. Desta forma, os historiadores quenianos acabam por tratar dos conteúdos da disciplina sem consultar os especialistas. Além disso, não há interesse por parte dos editores - os

<sup>49</sup> Tavernier, D. *Découverte d'une Maison gallo-romaine*. Ouvest France, 1985.

<sup>50</sup> O esqueleto de “Lucy” - um *Australopithecus afarensis* - foi encontrado por Donald Johanson em 1974. Trata-se de uma das maiores contendas da Arqueologia mundial entre Johanson e os Leakey. Ver Johanson contra os Leakeys; o elo perdido. In: Hellman, H. *Grandes debates da ciência*. São Paulo: Unesp, 1999, Cap.9.

<sup>51</sup> Trad. “Todas as crianças da escola básica sabem quem é ‘Lucy’”

principais são estrangeiros - em publicar livros didáticos. Somado a isso, a pouca oferta de trabalho para arqueólogos dificulta a adequada apresentação da Arqueologia para o público escolar.

Os livros didáticos são, igualmente, um problema no **Japão**. O país tem uma longa tradição no uso da história como principal instrumento de consolidação da identidade nacional. Os livros didáticos, por esta razão, devem ser autorizados pelo Ministério da Educação antes de serem distribuídos (Fawcett & Habu, 1994; Edwards, 1997).

De acordo com Fawcett & Habu (op.cit.), o afastamento dos arqueólogos japoneses das discussões sobre Arqueologia e Educação, sobretudo nas escolas, reforça a perspectiva dominante. Segundo eles, "*when archaeologists take an apolitical stand the interpretation falls on the shoulders of politically dominant groups*"<sup>52</sup> (p.227). Essa postura, acabou por tornar o ensino de Arqueologia nas escolas japonesas crescentemente nacionalista (op.cit.).

Neste breve panorama vimos que, entre exemplos de sucesso, tentativas fracassadas e caminhos por percorrer, há um ponto em comum: a consciência de membros da comunidade arqueológica de cada um desses países acerca da importância de "*(...) teaching students to work through the complex information and ethical dilemmas posed by the archaeological record prepares them for the time when they will take the future of the past into their own hands*"<sup>53</sup> (Pyburn, 2000, p.278).

Por isso, torna-se premente a elaboração de projetos educativos de Arqueologia para o público. Do contrário, segundo Fritz & Plog<sup>54</sup> (apud Pearce 1990), "*we suspect that unless archaeologists find ways to make their research increasingly relevant to the modern world, the modern world will find itself increasingly capable of getting along without archaeologists (...)*"<sup>55</sup>(p.133).

Além disso, se não nos preocuparmos com as questões que envolvem a Arqueologia Pública, estaremos desconhecendo a própria natureza ética e política de nossa prática (Funari, 1988; 2001a; Wylie, 2000).

<sup>52</sup> Trad. "Quando os arqueólogos tomam uma posição apolítica, a interpretação cai sobre os ombros dos grupos dominantes".

<sup>53</sup> Trad. "Ensinar os estudantes a trabalhar com a complexa informação e com os dilemas éticos impostos pelo registro arqueológico, prepara-os para o momento em que terão o futuro do passado em suas próprias mãos."

<sup>54</sup> Fritz, J.M.; Plog, F. The nature of archaeological explanation. *American Antiquity*, Washington: SAA, 35, p.405-412, 1970.

<sup>55</sup> Trad. "Suspeitamos que, a menos que os arqueólogos encontrem maneiras de fazer suas pesquisas crescentemente relevantes para o mundo moderno, o mundo moderno irá se achar crescentemente capaz de seguir em frente sem os arqueólogos".

Acreditamos que todas essas questões estão cada vez mais interligadas e que cabe a nós a tarefa de nos preocuparmos, efetivamente, com a construção de nossa imagem pelos diferentes "públicos": professores, alunos, órgãos do governo, empresários, comunidades locais, grupos indígenas, minorias, colegas de outras áreas, e colegas arqueólogos (McManamon, 1991). Essa preocupação, longe de ser uma tarefa "menor" da Arqueologia, é um passo para que *salvemos o futuro do passado* (Fagan, 1998, p.16). Eximir-se desta incumbência é, segundo Fagan, uma posição arrogante, que deve ser evitada (2000 a).

A arrogância deve ser, igualmente, afastada quando nos envolvemos na apresentação da Arqueologia para o público. Ao escolhermos as crianças em fase escolar, como o público-alvo do projeto tratado nesta tese, fomos levados a conhecer questões inerentes ao cotidiano escolar que serão discutidas no capítulo a seguir.